



UNIVERSIDADE DO MINHO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ANÁLISE COMPARATIVA DA ABSTENÇÃO NOS CÍRCULOS ELEITORAIS
DE SANTO ANTÃO E SÃO VICENTE**

DÓRIANE CRISTINA OLIVEIRA ÉVORA

Mindelo, 2016



**Departamento de Ciências Humanas, Sociais e Jurídicas Licenciatura
em Ciência Política e Relações Internacionais**

Título Da Monografia:

**Análise Comparativa da Abstenção nos Círculos Eleitorais
de Santo Antão e São Vicente**

Autora: Dóriane Cristina Oliveira Évora

Orientador: Mestre Graciano Nascimento

Mindelo, 2016

Autor: Dóriane Cristina Oliveira Évora

**Análise Comparativa da Abstenção nos Círculos Eleitorais
de Santo Antão e São Vicente**

Declaração de Originalidade

Declaro que esta Monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

O Candidato,

Dóriane Cristina Oliveira Évora

Mindelo, 27 de Junho de 2016

"Trabalho apresentado à
Universidade do Mindelo como
parte dos requisitos para obtenção
do grau de Licenciatura em
Ciência Política e Relações
internacionais".

DEDICATÓRIA

À minha mãe Aliria Oliveira e ao meu pai José Évora.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente começo por agradecer a Deus por me ter dado saúde e força para conseguir chegar ao fim do começo de uma nova etapa da minha vida.

Aos meus pais José Évora e Aliria Oliveira pelo amor, por estarem sempre presente e me encorajando.

Aos meus irmãos Hernany Oliveira, Letícia Oliveira e Davilson Oliveira pelo carinho, amizade e companheirismo.

As minhas madrinhas Eurídice Castro, Emília Castro, a minha tia Manuela Castro, ao Rui Pedro, ao meu tio António Higinio, a minha tia Basília Oliveira, a minha tia Sílvia Lopes e a minha tia Marcelina Ramos pelo apoio, carinho e confiança que depositaram em mim.

A Camara Municipal da Ribeira Grande, um muito obrigado pelo apoio.

Esse trabalho não seria possível sem o apoio do meu orientador Mestre Graciano Nascimento. Um muito obrigado pela dedicação, orientação metodológica, paciência e rigor nas discussões, correções e sugestões indispensáveis neste trabalho.

Aos meus colegas e amigos, especialmente a, Ailine Pires, Evelyn Ramos, Vanessa Almeida, e Ailine Fernandes, pelo apoio e amizade e companheirismo, e aos outros que não mencionei o meu muito obrigado.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	I
AGRADECIMENTOS	II
ÍNDICE DE TABELAS	IV
ÍNDICE DE GRÁFICOS	V
GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS	VI
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPITULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1- A Abstenção Eleitoral	3
1.1.- Abstenção Activa e a Abstenção Negativa	5
1.2- Participação Política.....	7
1.3- Participação Eleitoral	9
METODOLOGIA.....	11
CAPITULO II: DO MONOPARTIDARISMO AO MULTIPARTIDARISMO, ABSTENÇÃO ELEITORAL NAS ILHAS DE SANTO ANTÃO E SÃO VICENTE DE 1991-2011	12
3.1- O Início da Construção do Campo Político em Cabo Verde.....	12
3.2- A Independência e o Sistema Monopartidário	13
3.3- Do Monopartidarismo ao Sistema Multipartidário	16
CAPITULO III: ANÁLISE DE DADOS	22
CONCLUSÃO.....	44
RECOMENDAÇÕES.....	46
BIBLIOGRAFIA	47
ANEXOS	50

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1-- Abstenção nas eleições legislativas em Cabo Verde, 1991 – 2001	50
Tabela 2-- Resultados das eleições legislativas na ilha de Santo Antão de 1991 – 2011	50
Tabela 3-Resultado das eleições legislativas na ilha de São Vicente de 1991 – 2011 ...	50
Tabela 4-Ilha/ sexo	51
Tabela 5- Idade	51
Tabela 6-Estado civil	52
Tabela 7- Ocupação profissional	52
Tabela 8-Naturalidade	53
Tabela 9-Ilha / Habilitações literárias	53
Tabela 10-Posição religiosa.....	54
Tabela 11- Ilha / Tem simpatia por algum partido	54
Tabela 12- Tem simpatia por qual partido.....	55
Tabela 13- Ilha/ Interesse em assuntos dedicados a política	55
Tabela 14- Interesse pelos assuntos ligados a política/ costuma ir votar	56
Tabela 15- Confiança nas instituições políticas	56
Tabela 16-Ilha/ Instituição que mais confia	57
Tabela 17-Ilha / Instituição que menos confia.....	57
Tabela 18- Ilha/ Costuma ir votar nas eleições.....	58
Tabela 19-Ilha/ Se não costuma ir votar, qual é o motivo	59
Tabela 20- Ilha/ alguma vez deixou de votar nas eleições legislativas	59
Tabela 21- Ilha / porque não costuma ir votar	60
Tabela 22- Ilha/ porque é que acha que os outros não votem.....	61
Tabela 23-Ilha/ sua casa fica longe de onde costuma ir votar	61
Tabela 24- Ilha/ considere que a distância entre a sua localidade e o local do voto contribui para a abstenção eleitoral	62
Tabela 25- Costuma votar no partido que simpatiza ou nas propostas apresentados pelos candidatos	62

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Resultado das eleições legislativas em Cabo Verde de 1991-2011	19
Gráfico 2-Resultado das eleições legislativas em Santo Antão de 1991-2011.....	20
Gráfico 3-Resultado das eleições legislativas em São Vicente de 1991-2011	21
Gráfico 4-Ilha/ Sexo	22
Gráfico 5-Idade.....	23
Gráfico 6-Estado civil.....	24
Gráfico 7-Ocupação profissional.....	25
Gráfico 8-Naturalidade	26
Gráfico 9-Ilha/ habilitações literárias	27
Gráfico 10-Posição religiosa	28
Gráfico 11-Ilha/Simpatia por algum partido político	29
Gráfico 12-Tem simpatia por qual partido	30
Gráfico 13-Ilha/ interesse em assuntos dedicados a política	31
Gráfico 14-Interesse pelos assuntos dedicados a política / Costuma votar nas eleições	32
Gráfico 15-Ilha/ Confiança nas instituições políticas.....	33
Gráfico 16-Ilha/ Instituição que mais confia	34
Gráfico 17-Ilha/ Instituição que menos confia	35
Gráfico 18-Ilha/Costuma ir votar	36
Gráfico 19-Ilha/ Se não costuma ir votar qual é o motivo.....	37
Gráfico 20-Ilha/ Alguma vez deixou de votar nas eleições legislativas.....	38
Gráfico 21-Ilha/ porque não costuma ir votar	39
Gráfico 22-Ilha/ porque é que acha que os outros não votem	40
Gráfico 23-Ilha/ Sua casa fica longe de onde costuma ir votar	41
Gráfico 24-Ilha/ Considera que a distância entre a sua casa e o local do voto contribui para abstenção eleitoral	42
Gráfico 25-Ilha / Costuma ir votar no partido que simpatiza ou nas propostas apresentadas pelos candidatos	43

GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS

BO – Boletim oficial

CNE- Comissão Nacional de Eleições

LOPE- Lei da Organização Política do Estado

MPD- Movimento para a Democracia

ONU- Organização das Nações Unidas

PAICV- Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PAIGC - Partido Africano da independência da Guiné e Cabo Verde

RE- Recenseamento Eleitoral

SPSS – Statistics Package For Social Sciences

UCID- União Cabo-Verdiana Independente e Democrata

RESUMO

Nas últimas décadas vêm-se ocorrendo de forma repetida altos índices de abstenção eleitoral, na democracia Cabo-Verdiana.

Esta descida dos níveis de participação demonstra um crescente desinteresse dos cidadãos pelo sistema político, que não só coloca em causa a legitimidade das instituições políticas saídas dos processos eleitorais, como também ameaça tanto o partido no poder, assim como, os partidos da oposição, pois, reflete uma negação não só a um partido, como também ao próprio sistema político.

Este trabalho analisa comparativamente os motivos da abstenção nos círculos eleitorais, nas ilhas de Santo Antão e São Vicente.

Ao longo do trabalho podemos constatar que apesar dos eleitores se interessarem pouco pelos assuntos ligados a política, não implica que deixam de exercer o seu direito do voto. Ainda podemos perceber que o fator socio-demográfico é considerado como um dos motivos da abstenção eleitoral, nomeadamente na ilha de Santo Antão tendo em conta o meio geográfico.

Palavras-chave: Participação eleitoral, participação política, abstenção eleitoral.

ABSTRACT

Over the past decades have occurred so repeated high levels of electoral abstention, the Cape Verdean democracy. This decrease in levels of participation demonstrates a growing disinterest of citizens in the political system which not only calls into question the legitimacy of political institutions outputs of the electoral process, but also threatens both the ruling party as well as opposition parties because it reflects a denial not only a party, but also the entire political system. This paper analyzes compared the reason for abstention in the constituencies, the islands of Santo Antão and São Vicente.

Throughout the work we can see that although individuals are little interested in the issues related to policy, does not mean that they cease to exercise their right to vote. We can realize that the socio-demographic factor is considered one of the reasons for the electoral abstention, particularly on the island of Santo Antão taking into account the geographic location.

Keywords: electoral participation, political participation, electoral abstention.

“A democracia é a pior forma de governo imaginável, à exceção de todas as outras que foram experimentadas”.

(Winston Churchill)

INTRODUÇÃO

A presente monografia intitulada: “Análise Comparativa da Abstenção nos círculos Eleitorais de Santo Antão e São Vicente ” foi realizado em cumprimento de um requisito parcial da obtenção do grau de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, ministrado na Universidade do Mindelo.

Um dos pilares fundamentais da legitimidade das democracias neoliberais assenta nos processos de representação e delegação de poderes, através de eleições para órgãos de poder político. Assim, as eleições constituem o elemento central no processo democrático e na escolha que os cidadãos têm em termos de governação. Elas dão ao povo, a oportunidade de participar na tomada de decisões e de influenciar as políticas públicas (Viegas e Faria, 2008).

Por isso vários cientistas têm dado muita atenção ao problema da participação e da abstenção eleitoral. De facto, se o voto é um dos pilares da legitimidade política dos governantes, a abstenção eleitoral não pode deixar de ser vista como uma ameaça a essa legitimidade. Assim, a abstenção eleitoral constitui um indicador de descrença dos cidadãos em relação ao sistema político e, neste sentido, constitui um sintoma de crise do processo democrático (Brito, 1995).

Nas eleições de 2011, depara-se com uma taxa considerável de abstenção na ilha de São Vicente e Santo Antão, sendo assim, o presente trabalho visa compreender o motivo da não aderência dos cidadãos no exercício do seu direito do voto a fim de eleger os seus representantes.

Segundo o artigo quinto do Código Eleitoral Cabo-verdiano, são eleitores os cidadãos cabo-verdianos, de ambos os sexos, maiores de dezoito anos. Mas para poderem exercer o direito de voto, é preciso que os indivíduos com capacidade eleitoral activa se inscrevam no recenseamento eleitoral.

Portanto, nas eleições legislativas o número (oficial) de indivíduos que se abstiveram é calculado a partir da diferença entre o conjunto de cidadãos que exerceram o seu direito de voto e o número de inscritos no recenseamento eleitoral.

De uma forma geral, a participação eleitoral pode ser vista como o conjunto dos indivíduos que, dispondo de capacidade eleitoral activa, exerceram o seu direito de voto na escolha dos representantes políticos na eleição em causa.

Na realização do presente trabalho tomou-se como objetivo geral compreender o motivo da abstenção nas eleições legislativas 2011 Santo Antão e de São Vicente.

Como objetivo específico definiu-se analisar a relação que existe, entre a abstenção e o grau de confiança dos eleitores nas instituições políticas.

Para dar respostas aos objetivos do trabalho elaborou-se as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese 1- A ilha com menor nível de instrução dos eleitores, tem uma menor taxa de abstenção eleitoral;

Hipótese 2- Os fatores sócio- demográficos faz com que muitos eleitores abstêm-se;

Hipótese 3- A falta de interesse pelos assuntos políticos não influencia directamente a abstenção.

A presente monografia encontra-se dividida em três capítulos, sendo o primeiro referente a revisão da literatura, onde tem como objectivos explorar os conceitos de abstenção eleitoral, participação política, e a participação eleitoral. O Segundo capítulo aborda-se a evolução da política em Cabo Verde, desde a independência, passando pela mudança do regime e também a análise da abstenção eleitoral em Cabo Verde desde 1991 até 2011, e analisaremos também o caso das ilhas de Santo Antão e São Vicente. No terceiro e último capítulo prossegue-se a análise de dados resultantes dos inquéritos aplicados nas ilhas de Santo Antão e São Vicente.

CAPITULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O voto traduz-se num dos fundamentos primeiros da legitimidade política dos governantes nos estados modernos.

A abstenção não pode deixar de ser vista como uma ameaça a essa legitimidade. A abstenção manifesta o descontentamento dos cidadãos em relação ao sistema político e aparece como um sintoma de crise do processo democrático na razão proporcional da sua importância. A abstenção pode ser considerada “um aviso a classe política”, expressão de “uma crítica do sistema político” e manifestação do “desencontro entre a oferta eleitoral e as expectativas dos eleitores”.¹

Ao longo do capítulo pretende-se explicar o conceito de abstenção eleitoral, assim como os tipos de abstenção. Também aborda-se os conceitos de participação política e de participação eleitoral.

1- A Abstenção Eleitoral

A Abstenção é uma palavra que tem sua origem no latim: *abstinere*, que significa abster, suprimir, privar-se de, evitar. A expressão começa a ser usada no direito privado, como renúncia ou não exercício de um direito ou obrigação, nomeadamente a uma herança. Depois passa para a linguagem política, querendo significar a renúncia ao exercício de direitos políticos, nomeadamente o fato de o eleitor não comparecer para votar no dia da eleição.

Nogueira (2005) considera a abstenção eleitoral, como sendo a participação política de facto, dado que ela não visa apenas à defesa de interesses particulares, mas interfere directamente na governação e tem efeitos que dizem respeito a toda a coletividade. Há nela, uma consciência mais clara do poder político e das possibilidades de direccioná-lo ou de reorganiza-lo. Por outro lado, pode-se dizer que, a participação política refere-se

¹ François Sublieau, “L’abstencionnisme: apolitisme ou stratégie?”, in Nonna MAYER (dir.), *Les Modèles explicatifs du vote*, p.258.

ao grau em que os cidadãos exercem os direitos políticos que lhes estão consagrados constitucionalmente. A participação política tem a ver com o número de pessoas que votam nas diferentes eleições, com o número de pessoas filiadas em partidos políticos, com o número de pessoas que participam em eventos políticos, com o número de organizações ou movimentos cívicos que têm acções politicamente relevantes. O conceito refere-se, essencialmente, aos regimes políticos democráticos.

Conforme Braudel (2000), a abstenção eleitoral existe no meio de duas variantes: a primeira é uma abstenção reveladora de uma medíocre inserção social e à segunda concerne, ao contrário, às pessoas interessadas pela política, informadas e atentas. Neste caso, a abstenção é a recusa, pelos cidadãos, de escolher dentre as condições de oferta eleitoral tal como se apresentam á eles, isto é, o ato de negar ou se eximir de fazer opções políticas. Neste caso, os cidadãos estimam não encontrar a possibilidade de exprimir adequadamente suas preferências.

A abstenção pode ser compreendida como um factor de crise dos regimes democráticos que com seu crescimento causa um défice de legitimidade das instituições políticas saídas dos processos eleitorais. Esta abstenção pode significar um distanciamento dos eleitores ao sistema político, pelo facto de considerarem que o seu voto não tenha utilidade (Brito,1995).

Francisco (2008) considera que a abstenção vem-se convertendo numa instituição tão poderosa como a informalidade das relações económicas e sociais, representando uma ameaça tanto para o partido no poder como para os partidos da oposição, seja ela consciente ou inconsciente, reflete desilusão, fadiga e negação ao voto positivo, não apenas a um ou outro partido, mas ao todo sistema.

Para Braconnier Dormagen (2007) a abstenção resultaria de um desencanto democrático, na qual o eleitor entende que a política perdeu sua credibilidade, passando a surgir uma crise de confiança que se estabelece entre o eleitorado e os representantes. Sibileau (1997) explica que a abstenção eleitoral pode ser considerada um aviso a classe política, expressada por uma crítica ao sistema partidário, pois os eleitores manifestam com este comportamento um desencontro entre a oferta eleitoral e as suas expectativas como eleitores.

1.1.- Abstenção Activa e a Abstenção Negativa

Segundo Pasquino (1986), o termo abstencionismo é utilizado basicamente para definir a não participação no ato de votar. Pode, no entanto, compreender a não-participação em um conjunto de actividades políticas sendo definida como apatia, alienação. Como muitas das variáveis ligadas à participação eleitoral, o abstencionismo é de fácil avaliação quantitativa. É, com efeito, calculado como o percentual daqueles que, tendo direito, não se apresentam às urnas. É diferente o caso dos que, apresentando-se, deixam a cédula eleitoral em branco ou, deliberadamente, a anulam de diversas maneiras. Embora tanto os que não se apresentam às urnas como os que se manifestam mediante voto não válido, pretendam expressar desafeição ou desconfiança, ambos os fenómenos são considerados analiticamente distintos.

Já Laguna (2004), por sua vez, afirma que os estudos eleitorais identificam tradicionalmente a abstenção eleitoral com a ausência do exercício do direito de sufrágio ativo, quer dizer, com o não votar em um processo eleitoral determinado. Esta abstenção eleitoral, segundo o autor, pode ter sua origem em uma discrepância radical com o regime político (ou inclusive, com a democracia), em que “não se deseja participar de nenhuma forma (...) ou em um convencimento de que nada pode mudar realmente ganhe quem ganhar as eleições, entre os principais motivos que fundamentam esta atitude”.

É uma abstenção voluntária, que Freire e Magalhães (2002) chamam de “abstenção política”, ou seja, aquela protagonizada por indivíduos com razoáveis níveis de recursos (materiais e educacionais) e de integração social, que assumem a abstenção como uma opção estratégica para mostrar o seu descontentamento com o funcionamento do sistema e/ou com os partidos. Portanto, a abstenção política é aquela que expressa um rechaço às alternativas partidárias existentes, a determinados regimes políticos e/ou a lideranças partidárias.

Entretanto, há outro tipo de abstenção, que é aquela forçada pelas circunstâncias: dificuldades climáticas, indisposições ou acidentes, por viagens não previstas, enfim por acontecimentos pessoais de índole variada. Nesse caso, não é uma abstenção voluntária,

que Laguna denomina de “abstenção técnica” (difícil de quantificar, mas certamente parte da abstenção eleitoral).

Existem, portanto, uma abstenção voluntária e outra que ele chama de “técnica”, que se caracterizam pela não-participação no processo eleitoral, ou seja, uma abstenção não participante. Esse tipo de abstenção é o chamado de “abstenção negativa”.

Mas, abster-se eleitoralmente, para o autor, não significa tão somente não votar ou não participar nas eleições, “também pode significar não expressar preferência por nenhuma das opções eleitorais concorrentes”, votando em branco ou anulando o voto.

Nesse caso, trata-se de um tipo de abstenção, distinta da anterior, que ele chama de “abstenção ativa”, que “tem sido tradicionalmente descuidada nos estudos eleitorais e não tem merecido a atenção específica que requer” (Vitullo, 2005).

O entendimento aqui é que o voto em branco constitui uma abstenção ativa voluntária e, certamente, legítima, que, em muitos países, conta como voto válido.

Já o voto nulo é um voto irregular, que, segundo Laguna, “que supõe uma discrepância formal com as regras estabelecidas e também uma discrepância material, no sentido de que ou não permite averiguar qual seja a vontade que o eleitor pretende expressar, ou suscita dúvidas razoáveis acerca de qual seja essa vontade”.

A abstenção ativa, nos termos do autor, diferente da abstenção passiva, não questiona os processos eleitorais democráticos, mas põem em relevo questionamentos em relação aos partidos, sistemas eleitorais, etc. e, no limite, também pode se transformar em abstenção passiva, indicando, entre outros aspectos, “os *deficits* democráticos de uma determinada sociedade”.

1.2- Participação Política

Para Martins (2004), no sentido etimológico, o termo participação (*lat, participatio*) significa, “ fazer parte de”, “tomar parte em qualquer coisa”. De acordo com esta aceção poder-se-ia afirmar que a noção de participação política remete para a ideia de alguém tomar parte na vida política. Contudo, sendo muitas as dificuldades em delimitar a sua natureza, modos, formas, determinantes e graus, não é possível encontrar uma posição consensual quanto a conceptualização operacional desta expressão.

Segundo Pasquino (2010), a participação política é simultaneamente um fenómeno antigo e um fenómeno recente. É um facto antigo na medida em que, a partir do momento em que se pode falar de política como actividade desenvolvida numa comunidade organizada, existiu participação política. É recente uma vez que se encontra estreitamente ligado, no seu sentido mais expressivo, as mudanças significativas nos sistemas socioeconómicos e na natureza das comunidades políticas. Quanto a antiguidade do fenómeno ninguém duvida que é de participação política que devemos falar quando referimos de cidade -estado grega.

Segundo Martins (2004), a multiplicidade de sentidos deste conceito antecipa, desde logo, a complexidade inerente a abordagem de um fenómeno que tanto pode referir a comportamentos ativos ou passivos dos cidadãos; a atitude e motivações face a vida política e pública a ações individuais e voluntárias destinadas a intervir no processo de decisão política; a atividades estimuladas por diversos agentes políticos e sociais, a comportamentos consentidos; ou a intervenção na esfera política e social.

De acordo com Pasquino (2010), é um conjunto de comportamentos que aspiram a influência de forma mais ou menos directa e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares, bem como a própria escolha daqueles, com o propósito de manter ou modificar a estrutura do sistema de interesse dominantes, que se exprime em comportamento, ou participação.

As estruturas de participação política consideradas mais importantes são os sistemas democráticos, estão relacionados com o sufrágio universal e os processos eleitorais competitivos em que forças políticas constituídas disputam cargos eletivos.

Ainda continua dizendo que nos regimes democráticos, as leituras que se fazem acerca do grau de participação das pessoas na vida política é visível no grau da abstenção eleitoral excessivamente elevado. O grau de abstenção representa um dado que reflete o desinteresse do cidadão pela política e pelas instituições governamentais em geral, sendo isso um sinal de claro enfraquecimento do respetivo regime.

De acordo com Dahl (1966) existem algumas razões pelas quais os indivíduos não se envolvem na política: é pouco provável que um indivíduo se envolva em política quando dá pequeno valor à recompensa resultante do envolvimento político em relação às recompensas que espera outros tipos de atividade humana; quando acha que tem pouca probabilidade de influenciar o resultado dos acontecimentos e de mudar a balança de recompensas por meio de seu envolvimento político; e se acreditar que o resultado geral será relativamente satisfatório para ele próprio, independentemente do seu envolvimento.

Ainda o mesmo autor considera então que muitos indivíduos têm tendência a moderar a sua ação com a intenção de obter recompensas. E tendo em conta que as recompensas da atividade política são distantes e vagas, enquanto as recompensas de outros campos, tais como a família e o trabalho, entre outros, são mais imediatas e concretas, optam pela situação mais vantajosa. Contudo, a baixa confiança dos indivíduos na sua capacidade de influenciar os acontecimentos políticos e a crença de que as decisões tomadas serão para eles, de qualquer maneira, satisfatórias, são igualmente fatores que desencorajam a participação (Dahl, 1966).

A importância da participação política para a realização da democracia, segundo Martins (2004) é exaltada no sentido em que esta exige um cidadão ativo, o interessado, informado e responsável, capaz de tomar decisões sobre assuntos políticos e públicos. A concretização deste objetivo não pode deixar de requerer a transformação radical das estruturas e dos processos políticos, tendo em vista o alargamento das oportunidades de intervenção do cidadão na vida social e política.

As estruturas de participação política consideradas mais importantes são os sistemas democráticos, estão relacionados com o sufrágio universal e os processos eleitorais competitivos em que forças políticas constituídas disputam cargos eletivos.

Defende Martins (2010) que de acordo com as concepções mais radicais da democracia, a participação política é entendida como instrumento de realização plena do cidadão na comunidade social e política, ao passo que as concepções mais moderadas sustentam novas formas de concretização do ideal participativo, defendendo o uso do referendo, a dinamização das pequenas comunidades, o governo local e a descentralização política e administrativa.

1.3- Participação Eleitoral

Na Ciência Política o conceito de participação política é utilizado para designar um conjunto de actividades como por exemplo: votar, filiar a um partido político, participar em manifestações, comícios, exercer cargo político, entre outros.

Segundo Bobbio (1994) a participação eleitoral é o mecanismo de participação política mais convencional das sociedades democráticas e, em muitos casos, a única forma utilizada para a participação nos assuntos públicos.

A participação eleitoral é uma modalidade da participação política. Nogueira (2005) considera-a como sendo a participação política de facto, dado que ela não visa apenas à defesa de interesses particulares, mas interfere diretamente na governação e tem efeitos que dizem respeito a toda a coletividade. Há nela, uma consciência mais clara do poder político e das possibilidades de direccioná-lo ou de reorganizá-lo. A participação eleitoral é expressa através do voto. O cidadão, aqui está muito mais incorporado e maduro, afirmando-se não apenas em relação a si próprio (direitos individuais, civis) mas também em relação aos outros (direitos políticos).

Sendo que as eleições são consideradas como sendo um traço fundamental dos regimes políticos modernos, sobretudo no caso dos regimes liberais e liberais-democráticos.

Naturalmente que não ignoramos que há várias outras condições *sine qua non* dos regimes liberais e liberais- democráticos: a existência de uma constituição elaborada geralmente por uma Assembleia Constituinte (há algumas exceções neste domínio); o Estado de Direito e os direitos fundamentais do homem e do cidadão; separação de

poderes, *parlamentarização* dos regimes; o governo representativo e a governação pelo consentimento; etc. (Freire, 2011).

Segundo Dahl (1998) as eleições são o mecanismo fundamental não só da alternância governativa mas também devem ser a fonte fundamental das orientações para a formação das políticas públicas, como a existência de instituições políticas que fazem depender as políticas governamentais do voto e de outras expressões de preferências. Excetuando naturalmente os entraves ao exercício da soberania popular que resultam dos princípios do Estado de Direito, da proteção dos direitos das minorias ou da arquitetura constitucional livremente acordada numa assembleia constituinte expressamente constituída para o efeito.

De acordo com Fernandes (2008) consiste na sua escolha feita através da expressão dos votos de uma pluralidade e pessoas, os eleitores. As eleições são um elemento central dos regimes democráticos modernos. De facto, nas democracias representativas a realização de eleições livres, justas e frequentes é um pilar fundamental do regime político.

Segundo a perspetiva de Viegas et Faria (2004), para analisar os fatores que explicam a participação eleitoral é necessário dois blocos de variáveis como objetivo de verificar os fatores determinantes da participação eleitoral: o primeiro bloco engloba as variáveis de integração e recursos materiais e simbólicos, tais como habitat, idade, nível de escolaridade, situação conjugal, situação face ao trabalho e frequência de práticas religiosas.

Continuam os mesmos defendendo, que é importante referir que essas variáveis por um lado, reportam fatores de integração social e de recursos, nomeadamente de conhecimentos, que possibilitam um maior domínio simbólico e prático dos fenómenos políticos, por outro lado, reportam fatores de condição e interesse que se projetam no espaço público político; O segundo bloco de variáveis engloba a satisfação como funcionamento da democracia, o interesse pela política, a proximidade de um partido político, e a saliência da identidade ideologia. A evolução dos resultados relativos a variável satisfação com o funcionamento da democracia indica a mudança que se está a operar no comportamento eleitoral.

METODOLOGIA

Para realizar a análise comparativa dos motivos da abstenção nos círculos eleitorais de Santo Antão e São Vicente”, utilizou-se primeiramente o método de levantamento da pesquisa bibliográfica com o objectivo de apresentar os conceitos de vários elementos que compõem o tema em análise, através de livros, artigos, documentos, trabalhos feitos e sites da internet.

A pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho vai de encontro ao proposto por Marconi e Lakatos (1992) ou seja visou colocar o investigador em contacto direto com o material escrito sobre o tema da presente monografia.

Para a confrontação e validação das hipóteses de investigação seguiu-se o método quantitativo através da aplicação de um questionário, aplicado as duas populações em estudo- Santo Antão- São Vicente.

O questionário foi composto por perguntas abertas e fechadas, aplicados na rua, tomada todas as precauções quanto a aplicação de um inquérito desta natureza.

Para o estudo da referida população foi necessário construir uma amostra por quota, composta por 200 cidadãos eleitores distribuídos equitativamente pelas ilhas de Santo Antão e São Vicente. Na ilha de Santo Antão os inquéritos foram distribuídos da seguinte forma: quarenta aplicadas no conselho da Ribeira Grande, vinte no conselho do Paúl e quarenta no conselho do Porto novo. Na ilha de São Vicente as zonas foram seleccionadas aleatoriamente na cidade do Mindelo.

O tratamento e análise dos dados foi efetuado com suporte do programa SPSS.

CAPITULO II: DO MONOPARTIDARISMO AO MULTIPARTIDARISMO, ABSTENÇÃO ELEITORAL NAS ILHAS DE SANTO ANTÃO E SÃO VICENTE DE 1991-2011

Após a Segunda Guerra Mundial, a ideia de autonomia e da independência tornou-se um fenómeno universal. É nesta conjuntura política e de uma nova ordem política e de relações internacionais que na África sob a dominação portuguesa emergiram movimentos nacionalistas cujo objetivo último era a independência das colónias.

É nesse contexto que surgiu o PAIGC, que tinha como propósito primeiro a independência dos dois países tendo o primeiro alcançado de jure a independência a 10 de Setembro de 1974 e o segundo a 5 de Julho de 1975 e por ultimo fazer dos dois Estados Soberano um Estado Unitário (Querido, 2011).

Neste capítulo abordaremos a mudança do regime de partido único para o multipartidarismo, e ainda analisaremos a abstenção nas eleições legislativas em Cabo Verde desde a abertura política até as eleições legislativas de 2011, e por fim, analisaremos a abstenção nas legislativas nas ilhas de Santo Antão e São Vicente (1991-2011).

3.1- O Início da Construção do Campo Político em Cabo Verde

Os acontecimentos que conduziram a queda do regime fascista português responsável por mais de quarenta anos de uma ditadura brutal que mal causou as colónias, e a Portugal também tiveram, como não podia deixar de ser, repercussões imediatas na Guiné e em Cabo Verde (Querido, 2011).

Afirma Furtado (1997) que, cedo os membros do PAIGC na clandestinidade e aqueles que estiveram presos no Tarrafal e que no entanto foram libertados, começaram a desencadear um trabalho de mobilização política.

De acordo com Ferreira (cit in Furtado, 1997), no período de transição assiste-se a uma procura por parte das três organizações políticas existentes, o PAIGC, a UPICV e a UDC, de se instalarem e de conseguirem a maior adesão possível da “grande massa”.

Quando se deu a revolução do 25 de Abril em Portugal o PAIGC, já tinha 18 anos de existência dos quais 11 de ação militar em prol da independência da Guiné e Cabo Verde e fora reconhecido pela O.N.U como legítimo representante da Guiné e Cabo Verde. Este capital político e diplomático acumulado ao longo destes anos não lhe trouxe grandes vantagens em relação às demais forças políticas emergentes nesta época. Quem o confirma é o próprio Aristides Pereira, na altura Secretário-Geral do partido: “na realidade apesar do trabalho intenso e positivo desenvolvida pela estrutura clandestina do PAIGC desde pelo menos a segunda metade da década de 50, não foi notória a supremacia do PAIGC relativamente as outras forças políticas criadas após o 25 de Abril”.²

3.2- A Independência e o Sistema Monopartidário

Cabo Verde alcançou à Independência a 5 de Julho de 1975, devido a dois factos históricos: a vitoriosa Luta de Libertação Nacional conduzida pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado por Amílcar Cabral a 19 de Setembro de 1956; e a Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974, desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas Portuguesas, visando a instauração da liberdade e da democracia em Portugal (Varela, 2011).

Segundo o mesmo autor, esses factos estiveram na origem do Acordo para a Independência de Cabo Verde, assinado a 19 de Dezembro de 1974, em Lisboa, entre delegações do Governo português e do PAIGC. Nos termos desse acordo, além da constituição de um Governo de Transição para assegurar a administração do arquipélago até à proclamação da Independência, marcada para 5 de Julho do ano subsequente, ficou estabelecido que a emergência do novo Estado Independente na

² Pereira, Aristides, Uma luta, um partido, dois países, pág. 272

arena internacional deveria ocorrer mediante a expressão autêntica da vontade popular através da eleição por sufrágio direto, livre e secreto dos deputados à Assembleia Constituinte.

Conforme Querido (2011), á data da independência, em 1975, a situação econômica e social do arquipélago cabo-verdiano era verdadeiramente assustadora. Mesmo entre aqueles que, de uma maneira ou de outra, lutavam para que o colonialismo fosse *erradicado* de Cabo verde e de toda a Africa, apesar de o não dizerem, sentia-se que a apreensão era grande.

Ainda o mesmo autor defende que, para tentar alcançar esse desidrato, os primeiros dirigentes do pais tiveram que adotar as medidas que julgaram ser, na altura, as mais adequadas, começando com a implementação do regime do partido único que durante quinze anos, haveria de conduzir, sem oposição, os destinos do pais acabado de nascer, e também tentaram implementar um programa que fosse capaz de estruturar e organizar o aparelho económico e administrativo do Estado.

Para Silveira (2004) a necessidade de construir a nação, de investir o Estado de instituições apropriadas e de promover a criação a criação de uma nova economia, conduziu a que os Estados africanos, um apos outro, independentemente das suas posições doutriniais adotassem o sistema de partido único.

Cabo verde não fugiu a regra. As primeiras eleições realizadas em Cabo Verde para a escolha dos 56 deputados á Assembleia nacional tiveram como suporte legal uma lei eleitoral que não só concedia a qualquer grupo de 300 cidadãos o direito de apresentar uma lista, como ainda garantia a ausência de quaisquer tipos de coação sobre os eleitores, defendia o secretismo do voto, a igualdade de oportunidade e de tratamento a todas as candidaturas. Na verdade porem, é que tudo passou de modo completamente diferente: apenas as listas apresentadas pelo PAICV foram escrutinadas; as outras, ou foram rechaçadas antes da sua elaboração ou então foram neutralizados e abafadas á nascença, tendo sido utilizados, por vezes, métodos de legalidade duvidosa, muito difíceis de aceitar (Querido, 2011).

As eleições foram realizadas a 30 de Julho de 1975. O PAICV, sem surpresas, conquistou e ocupou todos os lugares na nova Assembleia Nacional Constituinte (Querido, 2001).

De acordo com Furtado (1997), embora o processo negocial de descolonização previsse eleições multipartidárias, ou pelo menos pluralistas, com a independência, a Assembleia Nacional Popular – Parlamento - aprovou e fez promulgar uma Lei sobre a Organização Política do Estado de Cabo Verde – LOPE- que ficaria em vigor até a elaboração e aprovação da Constituição em 1980.

Assim sendo a independência da Guiné Bissau assim como a de Cabo Verde deve ser vista como uma vitória do PAIGC, que obrigou o Governo Português quer por via diplomática como através da guerrilha a reconhecer a Independência dos dois países. O PAIGC ficou responsável de levar a cabo a construção do estado de Cabo Verde e de suas instituições. A assembleia Nacional popular aprovou e fez promulgar uma lei sobre a organização política do Estado que num dos seus artigos consagrava o PAIGC como força política dirigente do estado de Cabo Verde que vigorou até a elaboração e aprovação da constituição de 1980 que também no seu artigo 4º consagrava o princípio do partido único (Querido, 2011).

Segundo Silveira (2004), o partido único é o instrumento de integração, não só porque o é, por definição, mas também por ter como objetivo se o partido de todo o povo.

O golpe de Estado na Guiné Bissau, a 14 de Novembro de 1980, levou ao rompimento da Unidade Guiné Cabo Verde, sendo assim a ala dos cabo-verdianos proclamam a criação de um novo partido, o PAICV em Janeiro de 1981 (Furtado, 1997).

Com a revisão constitucional provocada pelo golpe de 14 de Novembro em Bissau, foram eliminadas todas as referências ao PAIGC e à unidade entre a Guiné e Cabo Verde. Humberto Cardoso considera que "O PAICV não mexeu nos símbolos porque, no seu afã de absorver o legado histórico do PAIGC e legitimar-se como poder em Cabo Verde, sabia qual o valor dos mesmos no inconsciente dos indivíduos e que a sua

persistência asseguraria a invocação permanente da sua condição de dirigentes históricos do país.”³

3.3- Do Monopartidarismo ao Sistema Multipartidário

A derrocada dos regimes marxistas do leste europeu, acelerada com a subida ao poder de Michael Gorbachov na antiga união Soviética, viria a provocar uma autêntica revolução em todo mundo. A Cabo Verde também chegaram os ventos de mudança (Querido, 2011).

Segundo Querido (2011) os elementos mais conservadores, aqueles que mais receavam perder, com a abertura, o estatuto privilegiado que beneficiavam, apesar dos apesares, tiveram que ceder e reconhecer que era impossível manter por muito mais tempo o regime de partido único.

As transformações mais profundas, no entanto, dar-se-iam com a mudança do sistema político e do regime político, possibilitando uma luta política democrática, com a criação de novos partidos políticos (Furtado, 1997).

Afirma Ramos (2012) que a queda do artigo 4.º da Constituição cabo-verdiana, em 1990, com a revisão constitucional que antecedeu a realização das primeiras eleições livres e competitivas de 1991, abre-se a possibilidade da livre formação dos partidos políticos e consequentemente a possibilidade do surgimento de novos atores políticos na arena política para a disputa dos pleitos eleitorais.

Apareceram movimentos e associações políticos. De entre eles convém sublinhar o MPD (Movimento para a Democracia). Este, nada mais é que o culminar de um processo contínuo e longo de formação de um campo político autónomo e também da formação de uma classe dirigente mutuamente, na logica da luta politica por imposição de um sentido a ação politica e também por espaço dominantes na luta pelo poder (Frutado, 1997).

³ Cardoso, Humberto, O partido Único em Cabo verde, Um assalto à esperança, pág. 121 a122

De acordo com Ramos (2012), a UCID devido as divergências com outros membros do partido sobre as estratégias políticas a serem adotadas em relação ao regime de partido único leva-o a demitir do cargo em 1988 e volta à liderança do partido em Setembro de 1990, três meses antes das primeiras eleições legislativas de Janeiro de 1991. A UCID não conseguiu legalizar a tempo de participar nas referidas eleições.

O surgimento da oposição em Cabo Verde influenciou muito a dinâmica da transição. Pois, ao MPD coube um papel pioneiro no processo, ao apresentar na ocasião como a única organização partidária minimamente apetrechada para ocupar o terreno legal aberto pelo PAICV (Silveira, 2005).

Segundo Ramos (2012), Carlos Veiga, um dos fundadores e Líder do partido, afirma que “(...) o núcleo central que constituí o MPD é dominado por quadros e creio que talvez não seja por acaso. Os quadros cabo-verdianos tiveram um papel importante pós-independência” (Furtado, 1997). No momento da sua fundação o MPD contou com os desafetados e descontentes com o regime autoritário então vigente, principalmente dos denominados trotskistas.⁴

De acordo com Querido (2011), a estratégia do Movimento era muito simples e apoiava-se em três mensagens bem fáceis de fazer passar:

- O PAIGC/CV é o causador de todas as desgraças do país;
- A democracia é o remedeio milagroso para todos os males;
- O movimento nascente é a encarnação da própria democracia.

O povo acreditou e votou, penalizando o PAICV com tamanha severidade que, de um regime de partido único, se caiu noutro, quicá mais perigoso, em que o poder, devidamente legitimado pelas urnas, é colocado todo ele nas mão de uma única força política acabada de se construir, sem qualquer programa serio de governação e sem

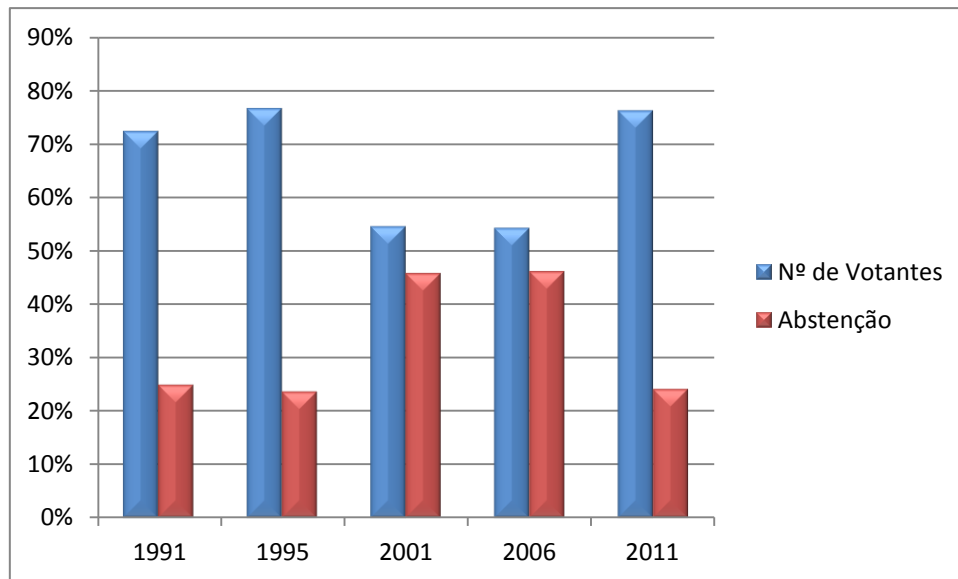
⁴ Segundo Cardoso (1993, p.81), os trotskistas eram “ (...) elementos, todos eles antigos, estudantes em Portugal onde integraram estruturas clandestinas do Partido (...) o grupo trotskista identificado no partido foi constituído essencialmente por elementos ligados a organizações estrangeiras e infiltrou-se nas estruturas clandestinas do Partido em Portugal, na fase final da luta de libertação Nacional (...) faziam circular boatos e calúnias a respeito dos dirigentes e militantes vindos da frente da luta armada.” Ver também José Vicente Lopes (1996), *Os Bastidores da Independência*.

qualquer outro objectivo anunciado que não o de destruir e ilegalizar o PAICV, o que a partida, construía um péssimo sinal, quer com relação aos princípios democráticos que os promotores do Movimento tanto apregoavam e diziam prezar, quer ainda em termos de perspectivas futuras que, desse modo, não se auguravam nada boas (Querido, 2011).

Conforme Querido (2011), os dez anos de governação do MPD, com maioria qualificada, sem precisar, portanto, do apoio de ninguém para tomar, em quaisquer circunstâncias e em quaisquer domínios, as decisões que quisesse, para além do mais, serviam, por um lado, para dar a conhecer aos cabo-verdianos a verdadeira face e a real estrutura de um partido que se constituía alguns dias antes de o poder lhe ter chegado as mãos.

As eleições gerais que tiveram lugar nos primeiros meses do ano de 2001 trouxeram uma esperança nova ao povo de Cabo Verde. A situação a que o país chegara tinha feito com que os cidadãos cabo-verdiano, na sua grande maioria, se convencessem de que era preciso mudar (Querido, 2011).

A posição ideológica do PAICV, no nosso entender, tem sofrido mudanças ao longo dos tempos, principalmente quando assume o poder em 2001, ao continuar com a política liberalizante da economia cabo-verdiana, iniciada pelos governos do MPD, nomeadamente a defesa do acordo cambial, a implementação de reformas fiscais, desenvolvimento do sector financeiro e as privatizações levado a cabo pelo partido, nos sucessivos governos (Ramos, 2012).

Gráfico 1-Resultado das eleições legislativas em Cabo Verde de 1991-2011

Os níveis de abstenção têm-se relevado instáveis. Conforme se demonstra na tabela, nas eleições de 1991 a abstenção era de 24,7%, tendo diminuído apenas 1% em relação às eleições legislativas de 1995. Em 2001, uma proporção substancial do eleitorado cabo-verdiano absteve-se (45,5%).

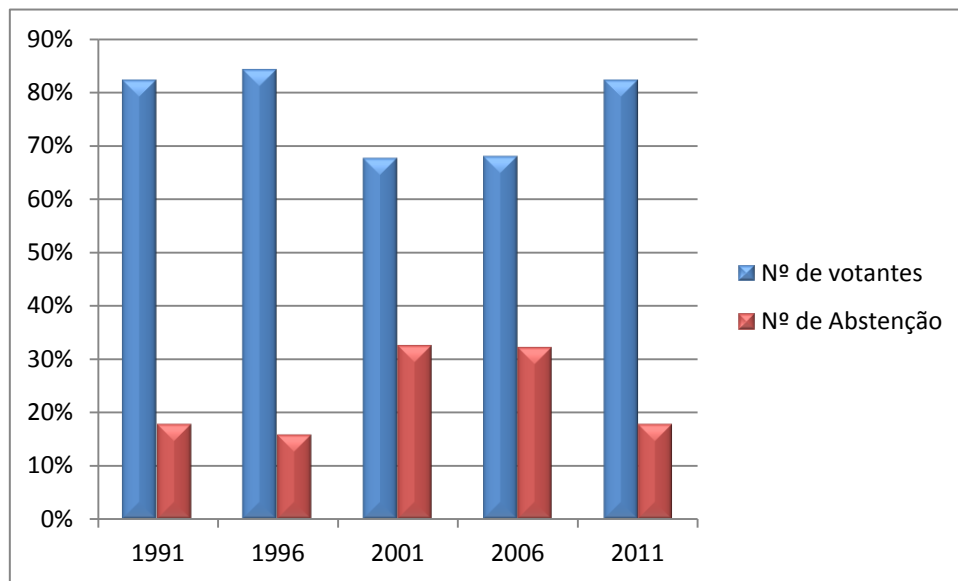
Portanto, os abstencionistas quase que duplicaram. Comparativamente a 2006, o valor continuou praticamente estável e só em 2011 a taxa de abstenção diminuiria pela metade em relação aos anos de 2001 e 2006.

As possíveis razões apontadas na literatura política cabo-verdiana para explicar esta tendência são inúmeras. Évora (2004) acredita que o alto nível da taxa de abstenção possa ser o reflexo do desencanto político das pessoas na classe política, por essas não verem a solução dos seus principais problemas, e ao facto de o voto não ser obrigatório.

Por sua vez, Semedo (2007) divide as possíveis razões da abstenção em Cabo Verde em razões de carácter involuntário e voluntário. Nas razões voluntárias englobam: o tipo de mensagem usado nas campanhas, a imagem dos políticos perante os cidadãos (que não é das melhores), a similaridade das propostas políticas dos partidos e a corrupção

eleitoral. Por outro lado, a deficiente comunicação com comunidade emigrada, a mobilidade inter-ilhas e intra-ilha das pessoas, a dificuldade de acesso a um documento de identificação, as falhas no sistema de recenseamento, as longas distâncias a percorrer pelos eleitores até às assembleias de voto, a mobilidade externa e as inscrições indevidas constituem as razões involuntárias.

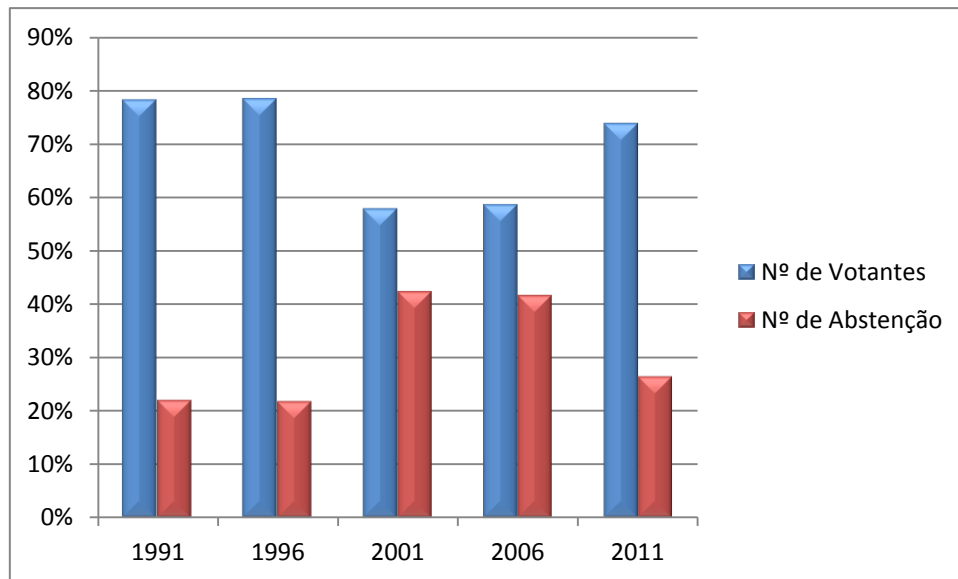
Gráfico 2-Resultado das eleições legislativas em Santo Antão de 1991-2011



Como se observe no gráfico, nas eleições legislativas em Santo Antão a taxa de a abstenção tem vindo a ter altos e baixos desde a abertura política no país. Em 1991 a taxa de abstenção era de 17,73% já em 1996 essa taxa baixou 2% (15,76%).

Os anos 2001 e 2006 foram os anos que registaram o dobro das taxas de abstenção dos anos anteriores com uma taxa de 32,36%, voltando a baixar consideravelmente em 2011 para 17,72%.

Gráfico 3-Resultado das eleições legislativas em São Vicente de 1991-2011

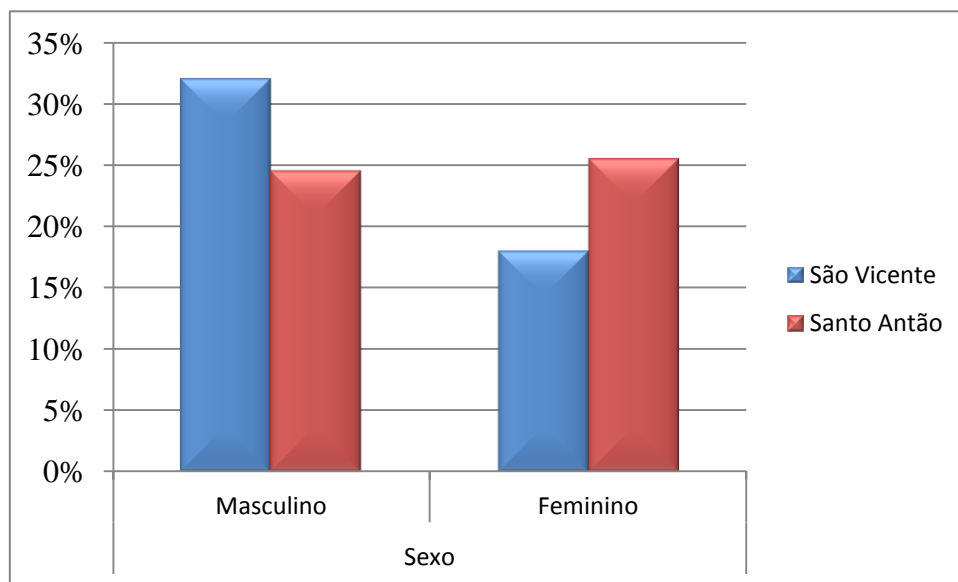


De acordo com o gráfico 3, sobre a abstenção nas legislativas em São Vicente, consta-se que, o número de abstenção tem-se sido irregular. Em 1995, houve uma ligeira diminuição na taxa de abstenção eleitoral em relação ao ano de 1991, construindo uma variável de 0,24%. Em 2001 a taxa de abstenção duplicou relativamente ao ano anterior, passando de 21,75% para 42,25%. Em 2006, a abstenção baixou para 41,51% e voltou a baixar de forma considerável em 2011 para 26,36% com uma variação significativa de 15,15%.

CAPITULO III: ANÁLISE DE DADOS

Uma vez explicados e expostos os instrumentos e a metodologia utilizada para a realização deste estudo, nesse capítulo passaremos a apresentação e comparação e análise dos dados obtidos através dos inquéritos. Os inquéritos foram realizados nas ilhas de Santo Antão e São Vicente. Na realização desse estudo foram inquiridos cem indivíduos recenseados na ilha de Santo Antão e cem na Ilha de São Vicente.

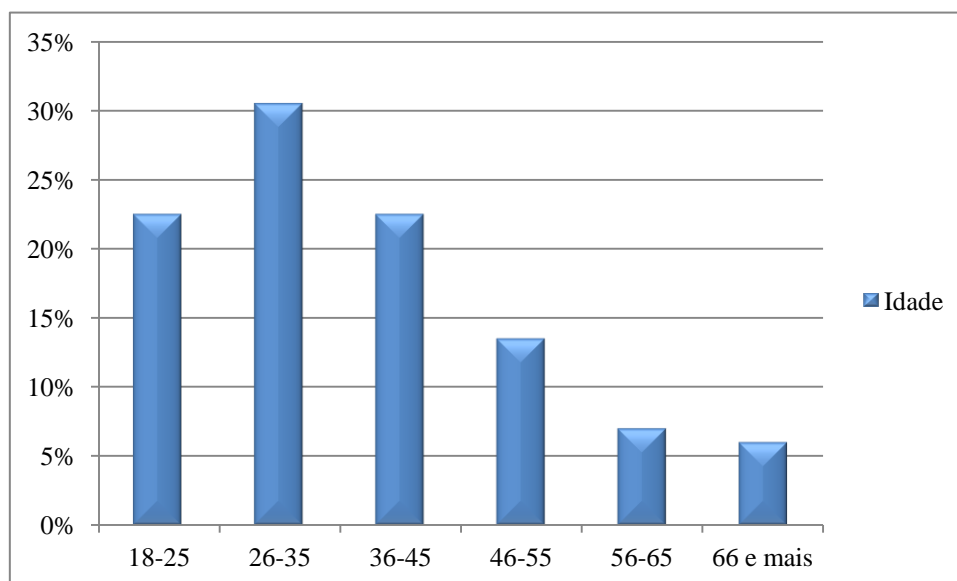
Gráfico 4-Ilha/ Sexo



Na realização deste estudo inquirimos na ilha de São Vicente 65 indivíduos do sexo masculino que corresponde a uma percentagem de 32,5% e 36 pessoas do sexo feminino correspondente a 18% da amostra.

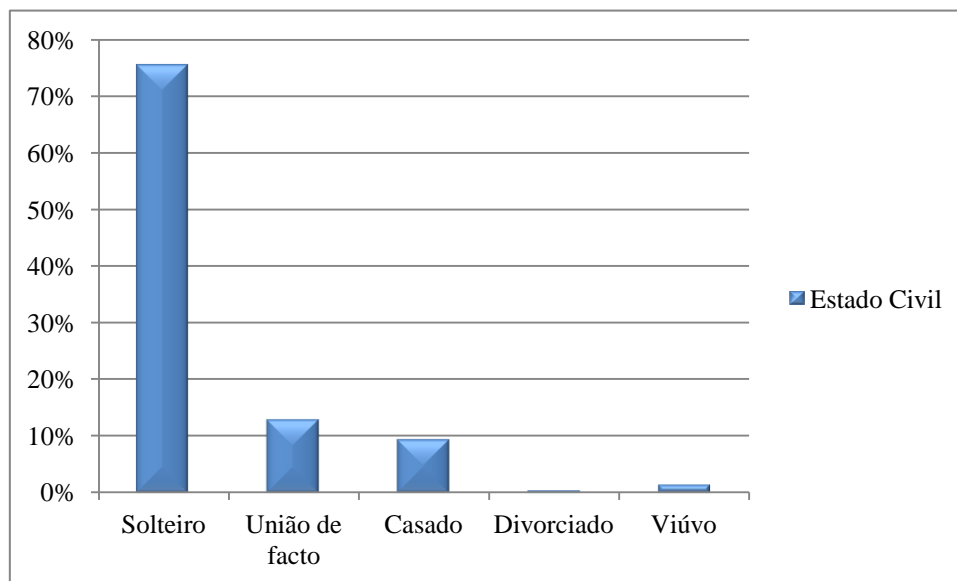
Na ilha de Santo Antão foram inquiridos 49 indivíduos do sexo masculino, corresponde a 24,5% e 52 indivíduos do sexo feminino correspondente a 25,5% da amostra.

Gráfico 5-Idade



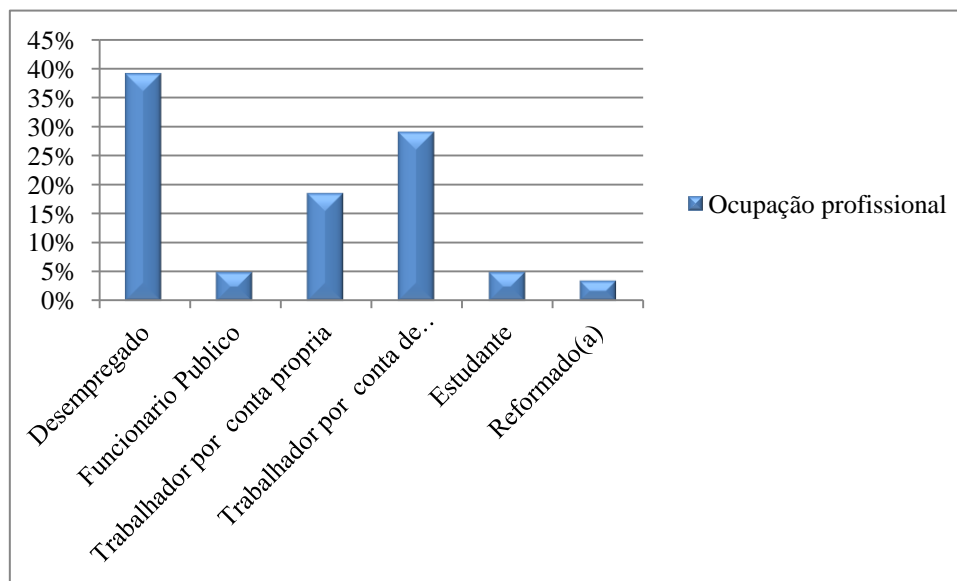
O gráfico 2 ilustra que dos 200 inquiridos 42 com o peso de 21% pertence a faixa etária dos 18 aos 25 anos de idade, 61 com o peso de 30,5% pertencem a faixa etária dos 26 aos 35 anos, 44 com o peso de 22% pertencem a faixa etária dos 36 aos 45 anos, 27 com o peso de 13,5% pertencem a faixa etária dos 46 aos 55 anos, 14 com um peso de 7% pertence a faixa etária dos 56 aos 65%, 12 com o peso de 6% pertence a faixa etária dos 66 e mais anos.

Gráfico 6-Estado civil



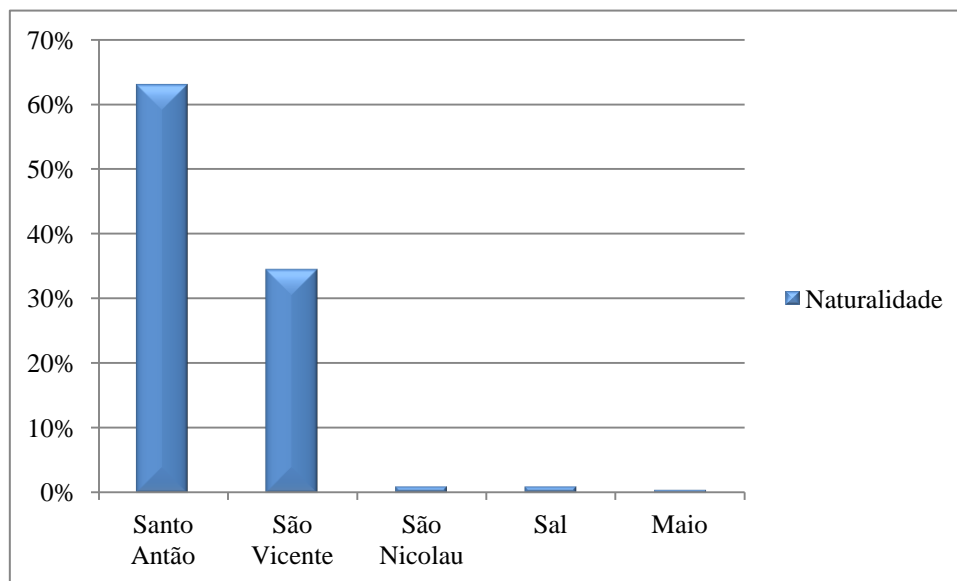
Dos 200 inquiridos, 151 com o peso de 75,5% são solteiros, 26 com o peso de 13% vive em união de facto, 19 com o peso de 9,5% são casados, 1 com o peso de 0,5 é divorciado e 3 com o peso de 1,5% são viúvos.

Gráfico 7-Ocupação profissional



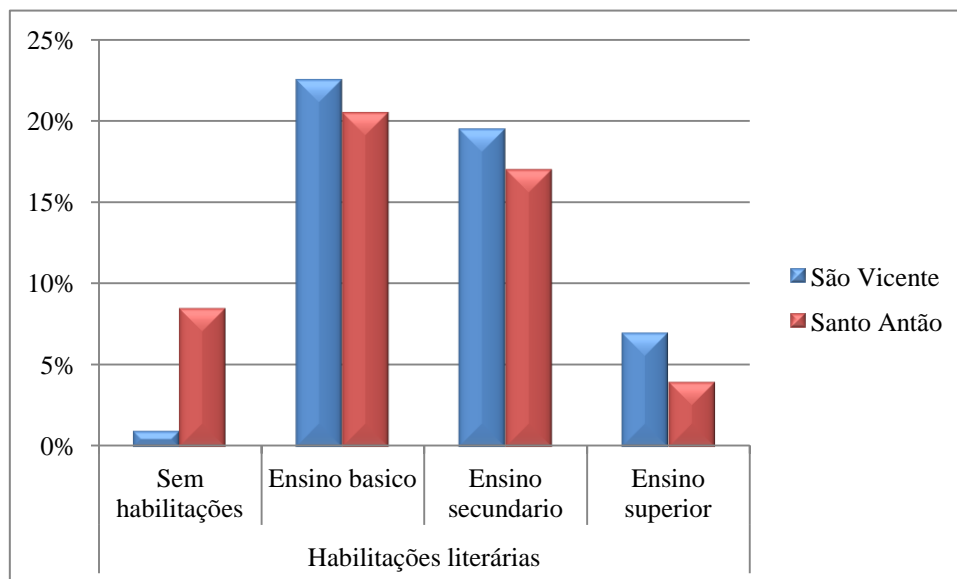
No universo de 200 indivíduos inquiridos, 78 com um peso de 39% são desempregados, 9 com um peso de 4,5% são funcionários públicos, 37 que corresponde ao peso de 18,5% trabalhem por conta própria, 58 com o peso de 29% trabalhem por conta de outrem, 11 com o peso de 5,5% são estudantes e 7 com o peso de 3,5 % são reformados.

Gráfico 8-Naturalidade



De acordo com o gráfico 5, dos 200 inquiridos 127 com o peso de 63,5% são naturais de Santo Antão, 69 com o peso de 34,5 são naturais de São Vicente, 2 com o peso de 1,0% são naturais de São Nicolau, 1 com o peso de 0,5% é natural da ilha do sal, e 1 com o peso de 0,5% é natural do Maio.

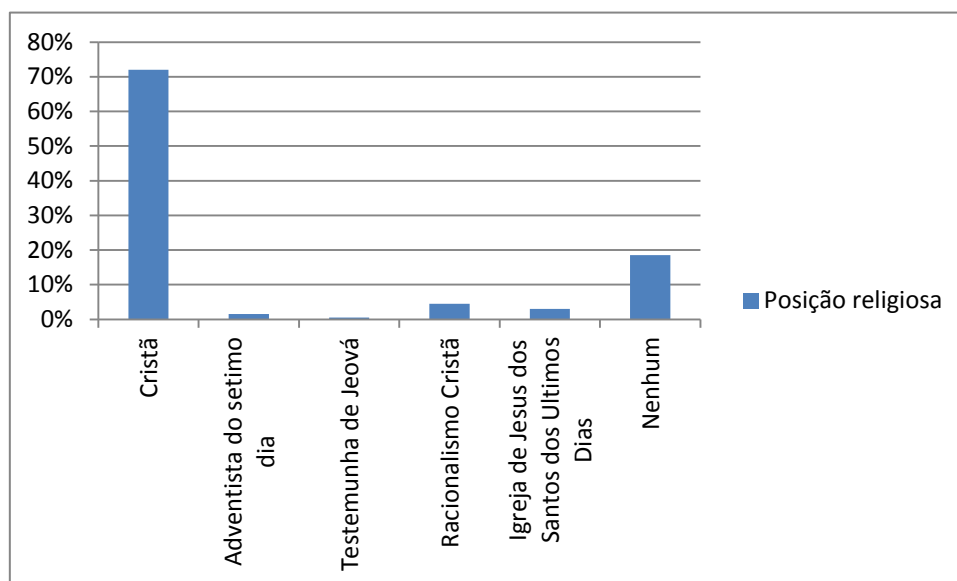
Gráfico 9-Ilha/ habilitações literárias



De acordo com o gráfico, dos 100 indivíduos inquiridos na ilha de São Vicente, 2 com o peso de 1,0% não tem habilitações literárias, 45 com um peso de 22,5% possuem o ensino básico, 39 com um peso de 19,5% possuem o ensino secundário, e 14 com um peso de 7% possui o ensino superior.

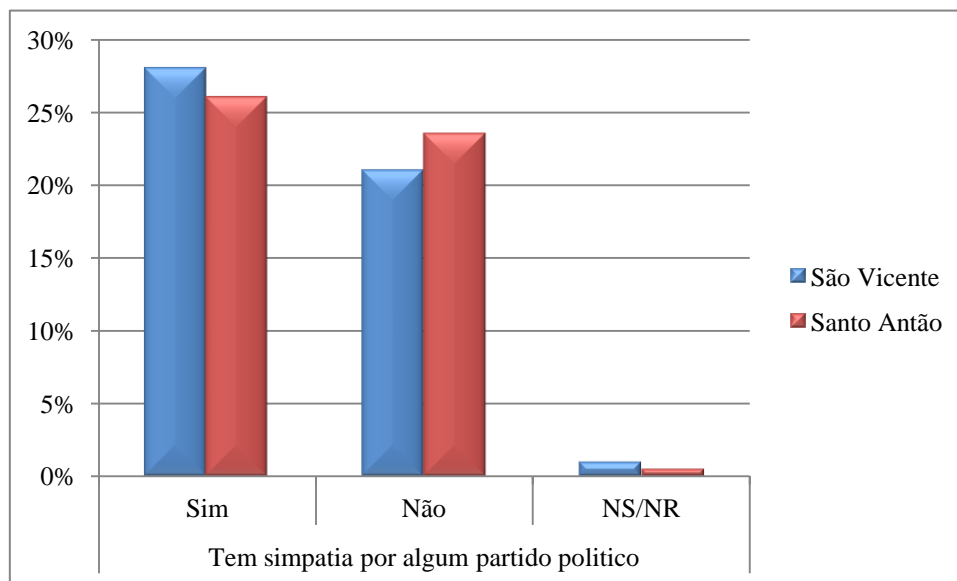
No que se refere a ilha de Santo Antão, segundo o gráfico, 17 pessoas com o peso de 8,5% não possuem habilitações literárias, 40 com um peso de 20% possuem o ensino básico, 35 com o peso de 17,5% possuem o ensino secundário, 8 com um peso de 8% possuem o ensino superior.

Gráfico 10-Posição religiosa



Dos 200 inquiridos, 144 com o peso de 72% pertencem a religião Cristã, 3 com o peso de 1,5 pertence a Igreja Adventista, 1 com o peso de 0,5% é Testemunha de Jeová, 9 com o peso de 4,5 Pertencem ao Racionalismo, 6 com o peso de 3% pertencem a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, 37 com o peso de 18,5% não tem nenhuma posição religiosa.

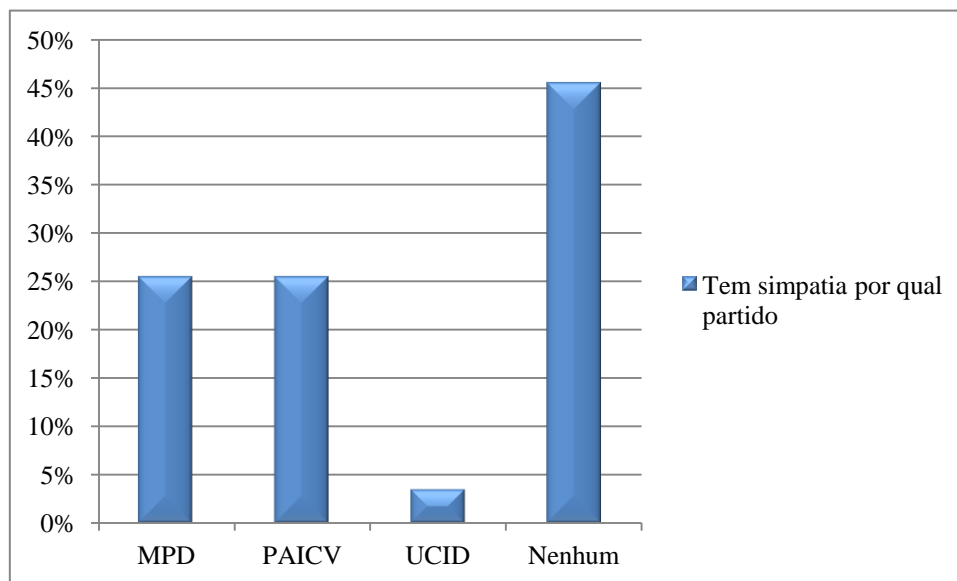
Gráfico 11-Ilha/Simpatia por algum partido político



Segundo o gráfico 9, dos 100 inquiridos na ilha de São Vicente 56 com o peso de 28% tem simpatia por algum partido político, 42 com o peso de 21% não tem simpatia por nenhum partido político, 2 com o peso de 1% não soube responder.

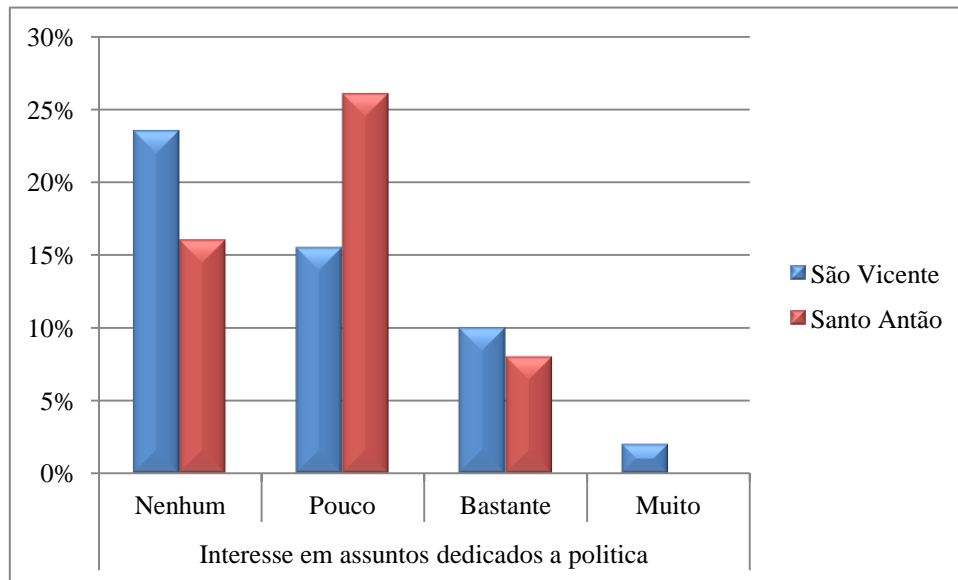
Dos 100 inquiridos na ilha de Santo Antão 52 com o peso de 26% tem simpatia por algum partido político, 47 com o peso de 21% não tem simpatia por nenhum partido político e 1 com o peso de 0,5% não soube responder.

Gráfico 12-Tem simpatia por qual partido



No universo de 200 indivíduos inquiridos, 51 com o peso de 25,5% tem simpatia pelo MPD, 51 com o peso de 25,5% tem simpatia pelo PAICV, 7 com o peso de 3,5% tem simpatia pelo UCID, 91 com o peso de 45,5% não tem simpatia por nenhum partido político.

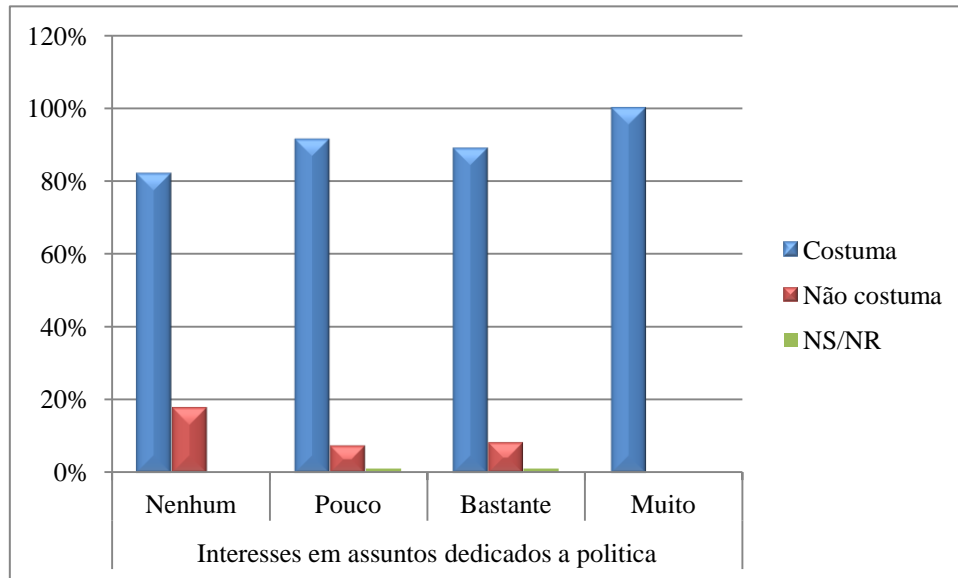
Gráfico 13-Ilha/ interesse em assuntos dedicados a política



Dos 100 inquiridos na ilha de São Vicente, 46 com o peso de 23% não tem nenhum interesse pelos assuntos dedicados a política, 29 com o peso de 14,5% tem pouco interesse pelos assuntos dedicados a política, 20 com o peso de 10% tem bastante interesse pelos assuntos dedicados a política e com o peso de 2,5 % tem muito interesse pelos assuntos dedicados a política.

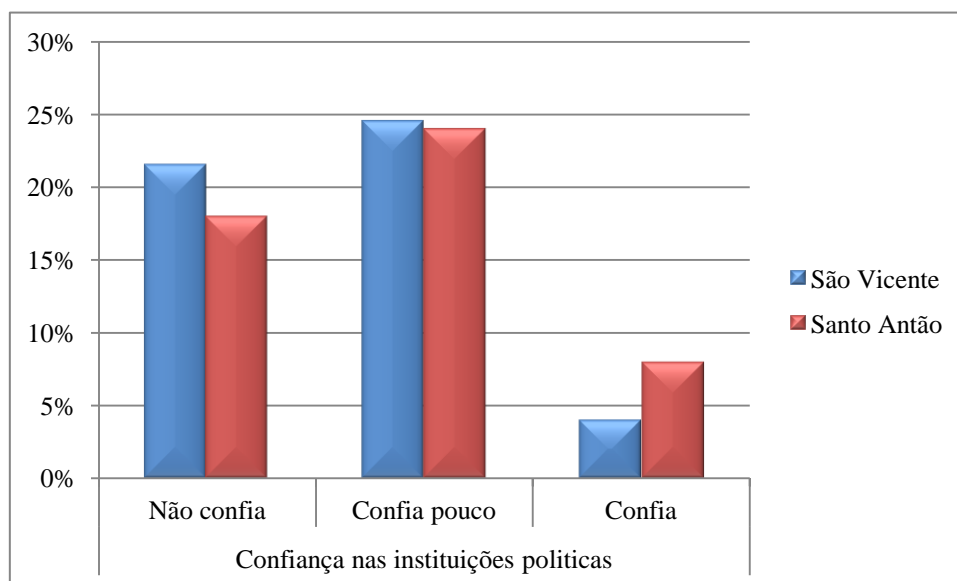
Dos 100 inquiridos na ilha de Santo Antão, 32 com o peso de 16% não tem nenhum interesse pelos assuntos dedicados a política, 52 com o peso de 21% tem pouco interesse pelos assuntos dedicados a política, e 16 com o peso de 8% tem bastante interesse pelos assuntos dedicados a política.

Gráfico 14-Interesse pelos assuntos dedicados a politica / Costuma votar nas eleições



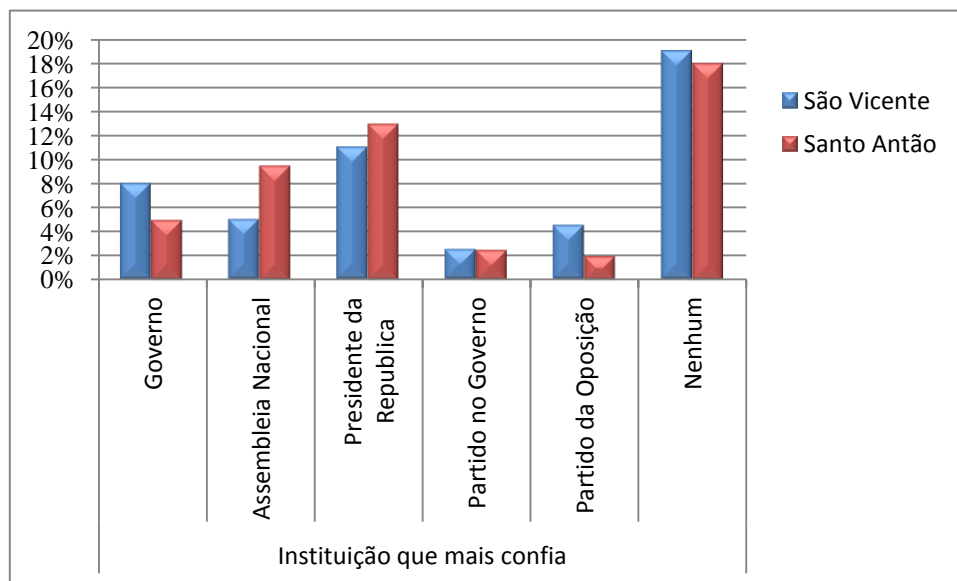
Quando cruzamos a variável interesse em assuntos dedicados a politica com costuma ir votar nas eleições, podemos concluir que os indivíduos com pouco interesse pela política, são aqueles que apresentam uma taxa de votação maior. Mesmo aqueles que dizem não ter nenhum interesse pela política que corresponde a mais de 60%.

Gráfico 15-Ilha/ Confiança nas instituições políticas



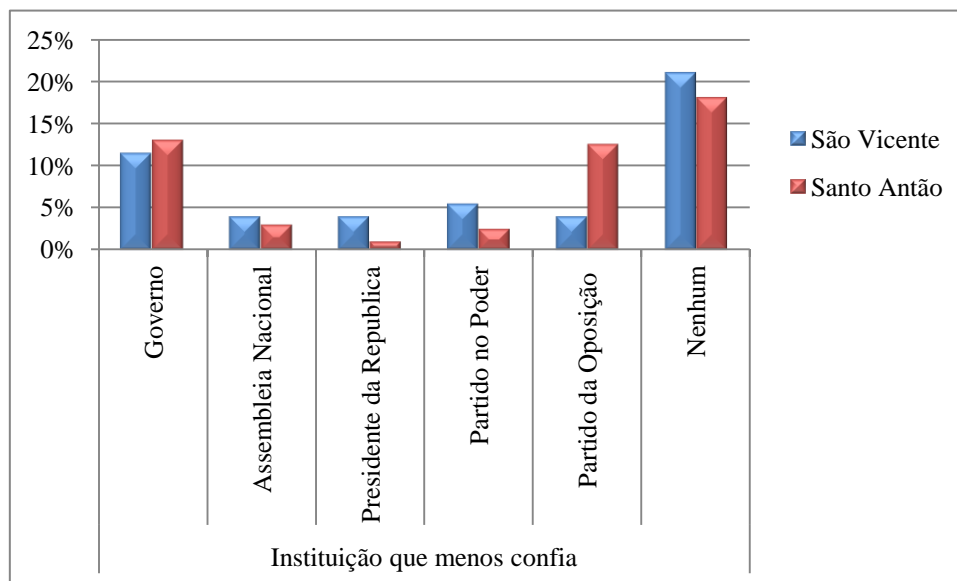
Quando cruzamos a variável, ilha com confiança nas instituições política, podemos constatar que tanto na ilha de Santo Antão, como na ilha de São Vicente, a maioria dos inquiridos confia pouco nas instituições políticas.

Gráfico 16-Ilha/ Instituição que mais confia



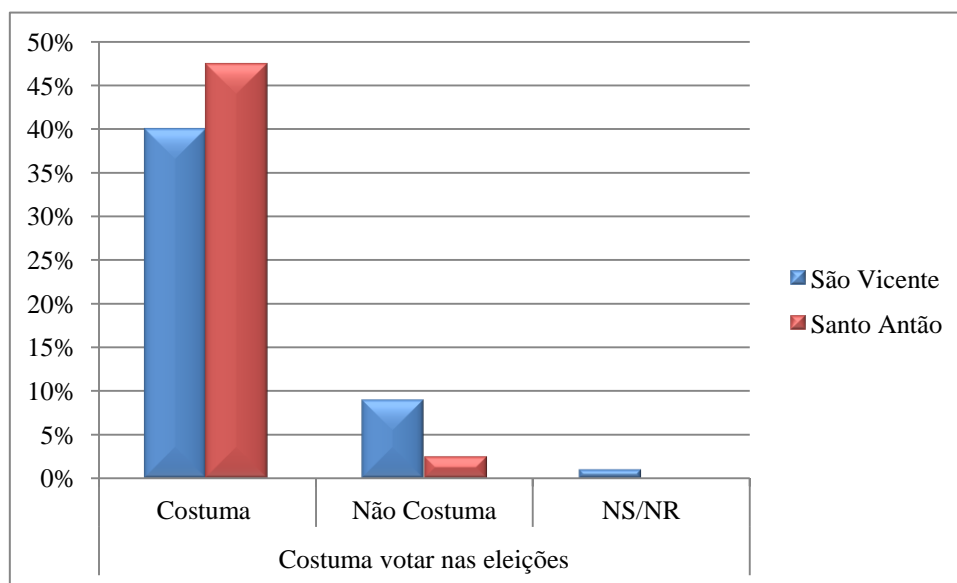
Quando cruzamos as variáveis ilha com a instituição que mais confia, concluímos que tanto na ilha de Santo Antão como na ilha de São Vicente, a maioria dos inquiridos não tem nenhuma confiança nas instituições, e a aqueles que confiam, confiam mais no Presidente da República.

Gráfico 17-Ilha/ Instituição que menos confia



Quando cruzamos as variáveis ilha com a instituição que mais confia, concluímos que tanto na ilha de Santo Antão como na ilha de São Vicente, a maioria dos inquiridos não tem menos confiança em nenhuma das instituições, e a aqueles que não confiam, confiam menos no Governo.

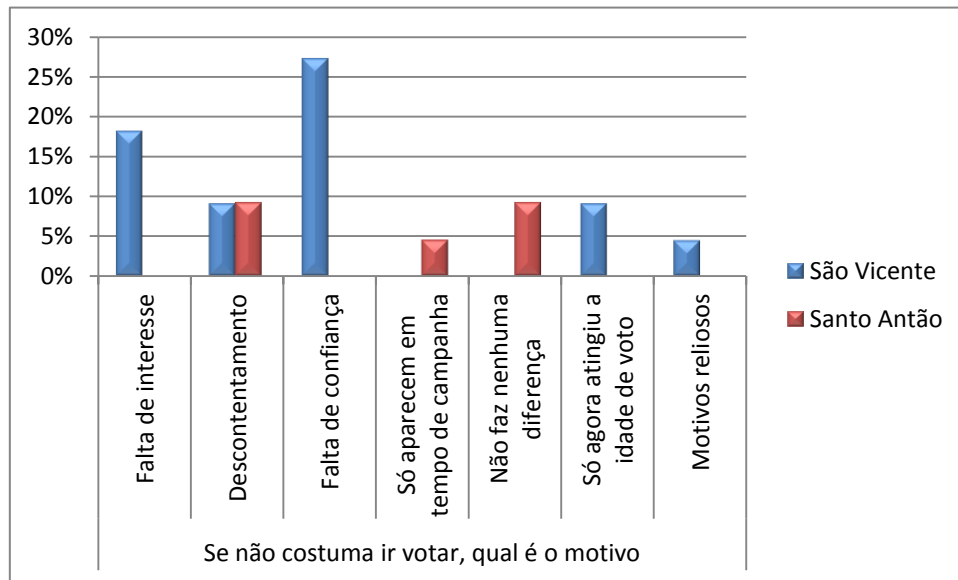
Gráfico 18-Ilha/Costuma ir votar



Dos 100 inquiridos na ilha de São Vicente, 80 com o peso de 40% costuma ir votar nas eleições, 18 com o peso de 9% não costuma ir votar, 2 com o peso de 1%, não soube responder a questão.

Dos 100 inquiridos na ilha de Santo Antão, 95 com o peso de 47,5% costumam ir votar, 5 com o peso de 2,5% não costuma ir votar.

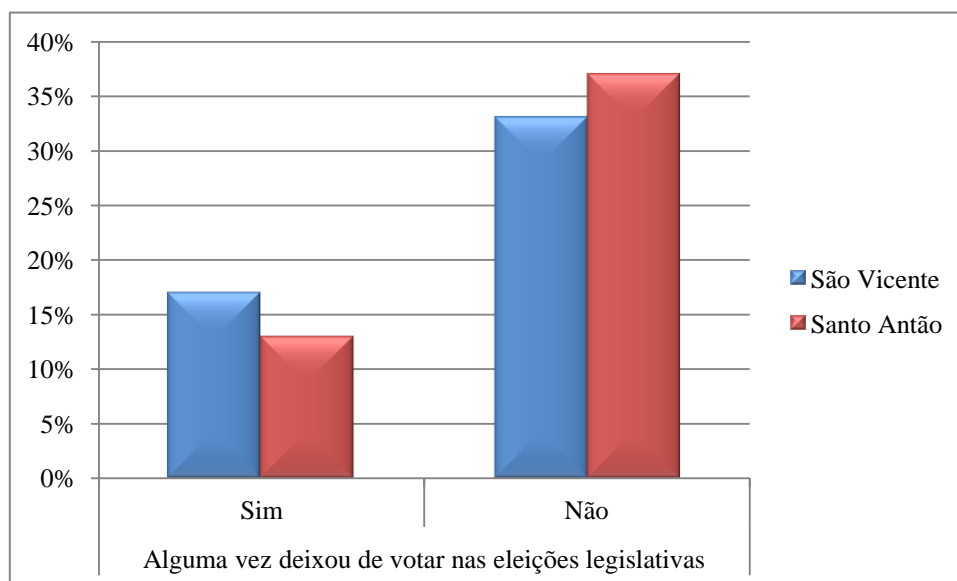
Gráfico 19-Ilha/ Se não costuma ir votar qual é o motivo



Dos 18 indivíduos inquiridos que não costumam ir votar da ilha de São Vicente, 5 com um peso de 27,8% não vota por falta de interesse, 2 com o peso de 11,1% não vota por descontentamento com o sistema, 6 com o peso de 33,3% não vota por falta de confiança, 2 com o peso de 11,1% não vota porque não faz nenhuma diferença, 2 com o peso de 11,1% não votam porque só agora atingiram a idade de voto, 1 com o peso de 5,6% não votou por motivos religiosos.

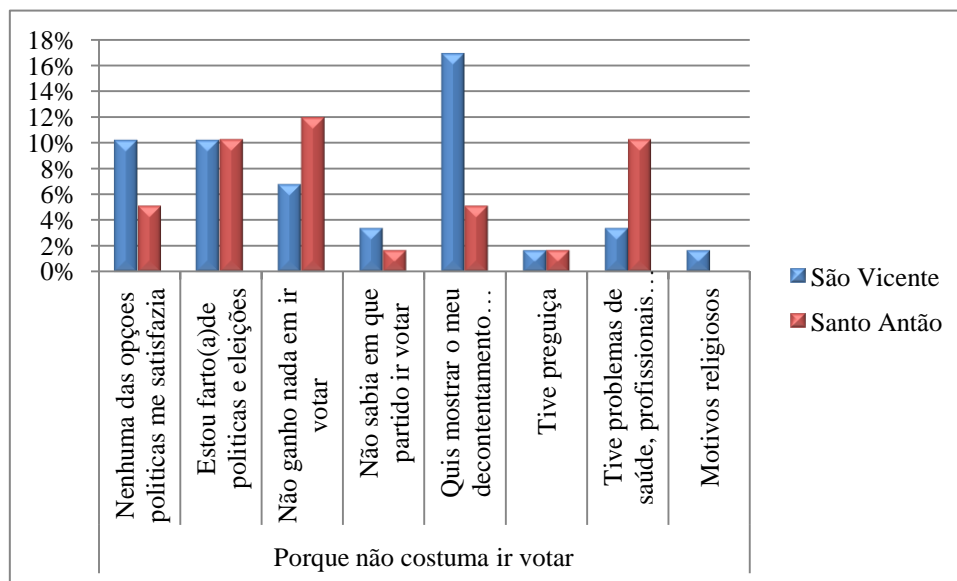
Dos 5 indivíduos inquiridos que não costumam ir votar da ilha de Santo Antão, 2 com o peso de 40,0% não vota por descontentamento com o sistema, 1 com o peso de 20% não votam porque os políticos só aparecem em tempo de campanha, 2 com o peso de 40% não votam porque não faz nenhuma diferença.

Gráfico 20-Ilha/ Alguma vez deixou de votar nas eleições legislativas



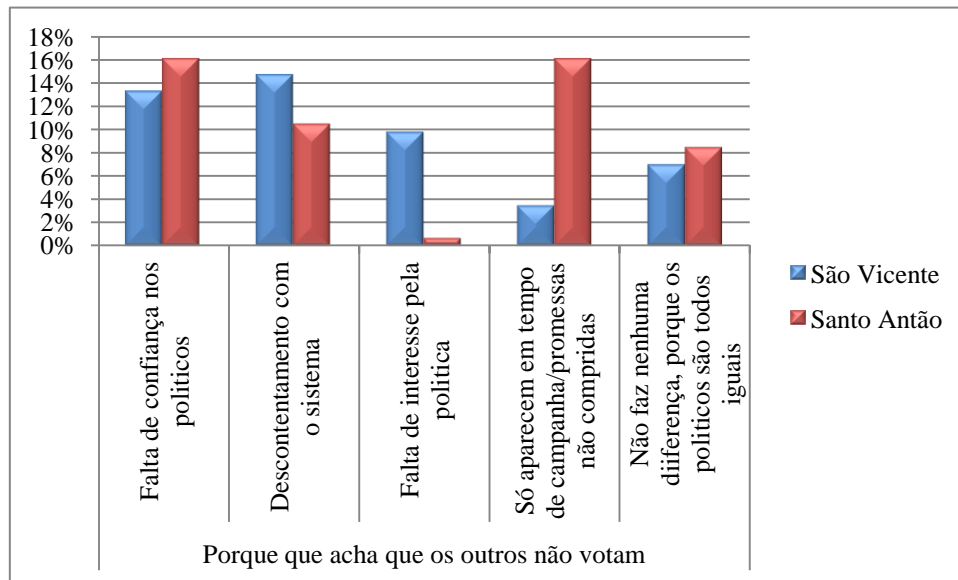
Dos 100 inquiridos na ilha de São Vicente, 34 com o peso de 17% já ficou sem votar nas eleições legislativas, 66 com o peso de 33% não deixou de votar nas eleições legislativas.

Dos 100 inquiridos na ilha de Santo Antão, 26 com o peso de 13% já ficou sem votar nas eleições legislativas, 74 com o peso de 37% não deixou de votar nas eleições legislativas.

Gráfico 21-Ilha/ porque não costuma ir votar

Dos 34 inquiridos da ilha de São Vicente que responderam que alguma já deixaram de votar nas eleições legislativas, 6 com o peso de 10,2% disseram que deixaram de votar porque nenhuma das opções políticas lhes satisfazia, 6 com o peso de 10,2% estão fartos de políticas e eleições, 4 com o peso de 6,8% não ganham nada em ir votar, 2 com o peso de 3,4% não sabia em que partido ir votar, 10 com o peso de 16,9% quiseram mostrar o seu descontentamento com o sistema político, 1 com o peso de 1,7% teve preguiça, 2 com o peso de 3,4% tiveram problemas de saúde, profissionais ou familiares. 1 com o peso de 1,7% não votou por motivos religiosos.

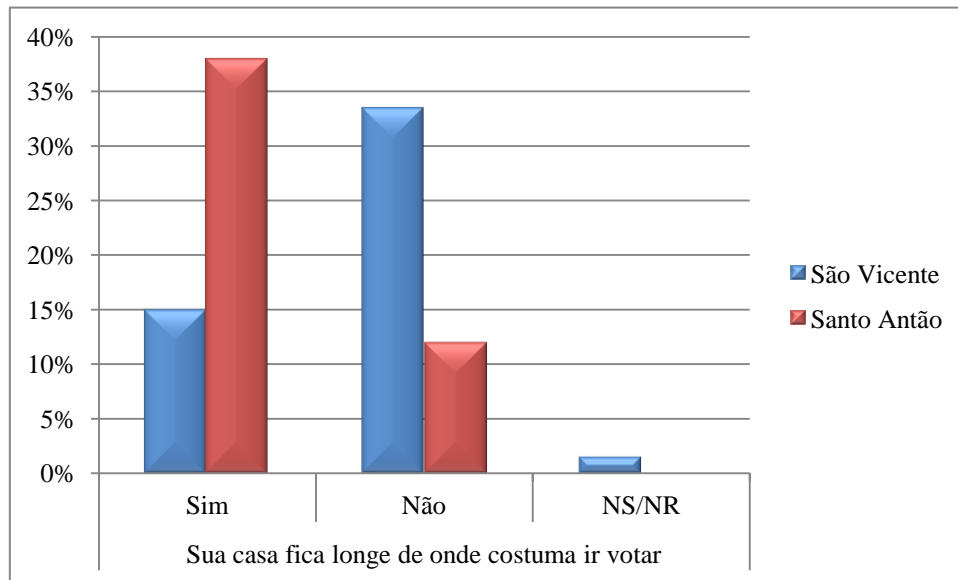
Dos 26 inquiridos na ilha de Santo Antão que já ficaram sem votar nas eleições legislativas, 3 com o peso de 5,5% não votou porque nenhuma das opções políticas lhes satisfazia, 6 com o peso de 10,2% estão fartos de políticas e eleições, 7 com o peso de 11,9% não ganham nada em ir votar, 1 com o peso de 1,7% não sabia em que partido votar, 3 com o peso de 5,1% quiseram mostrar o seu descontentamento com o sistema, 1 com o peso de 1,7% teve preguiça, 6 com o peso de 10,2% tiveram problemas de saúde, profissionais ou familiares.

Gráfico 22-Ilha/ porque é que acha que os outros não votem

No universo de 100 inquiridos na ilha de São Vicente, dos 66 indivíduos com o peso de 33% que responderam que nunca deixaram de votar nas eleições legislativas, 19 com o peso de 13,3% pensa que os outros não votam por falta de confiança nos políticos, 21 com o peso de 14,7% por descontentamento com o sistema, 14 com o peso de 9,8% por falta de interesse, 5 com o peso de 3,5% não votam porque os políticos só aparecem em tempo de campanha/ promessas não cumpridas, 10 com o peso de 7% não votam porque os não faz nenhuma diferença porque os políticos são todos iguais.

Do total de 100 indivíduos inquiridos na ilha de Santo Antão, dos 74 inquiridos com o peso de 37% que disseram nunca deixaram de votar nas eleições legislativas, 23 com o peso de 16,1% pensam que os outros não votam por falta de confiança nos partidos, 15 com o peso de 10,5 não votam por descontentamento com o sistema, 1 com o peso de 0,7% por falta de interesse, 23 com o peso de 16,1% pensa que as pessoas não vão votar porque os políticos só aparecem em tempo de campanha/ promessas não cumpridas, 12 com o peso de 8,4% por não fazer nenhuma diferença porque os políticos são todos iguais.

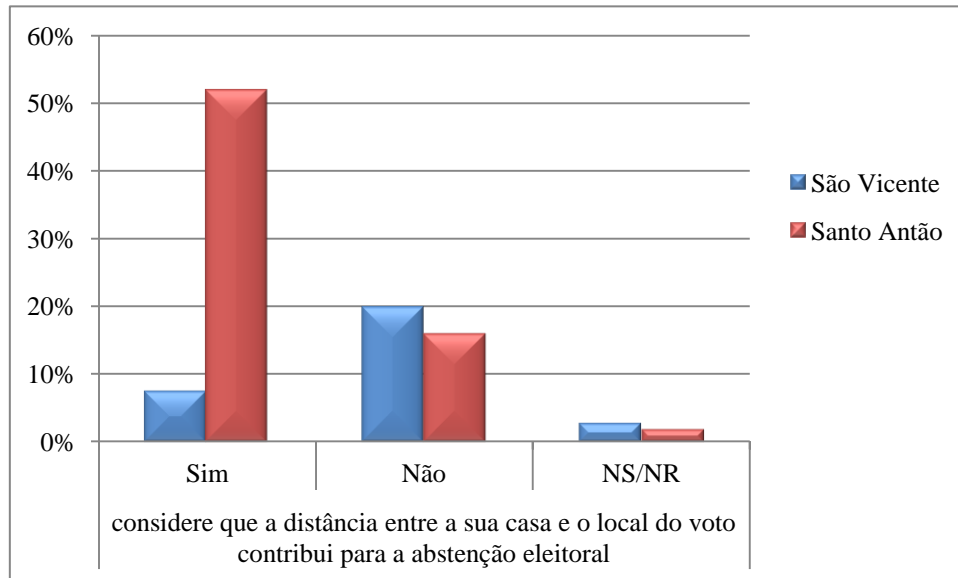
Gráfico 23-Ilha/ Sua casa fica longe de onde costuma ir votar



Segundo o gráfico 17, dos 100 indivíduos inquiridos na ilha de São Vicente, 30 com o peso de 15% responderam que suas casas ficam longe e onde costumam ir votar, 67 com o peso de 33,5% responderam que suas casas não ficam longe de onde costumam ir votar, 3 com o peso de 1,5% não souberam responder a questão.

Dos 100 inquiridos na ilha de Santo Antão 76 com o peso de 38% disseram que suas casas ficam longe de onde costumam ir votar, 24 com o peso de 12% disseram que suas casas não ficam longe de onde costumam ir votar.

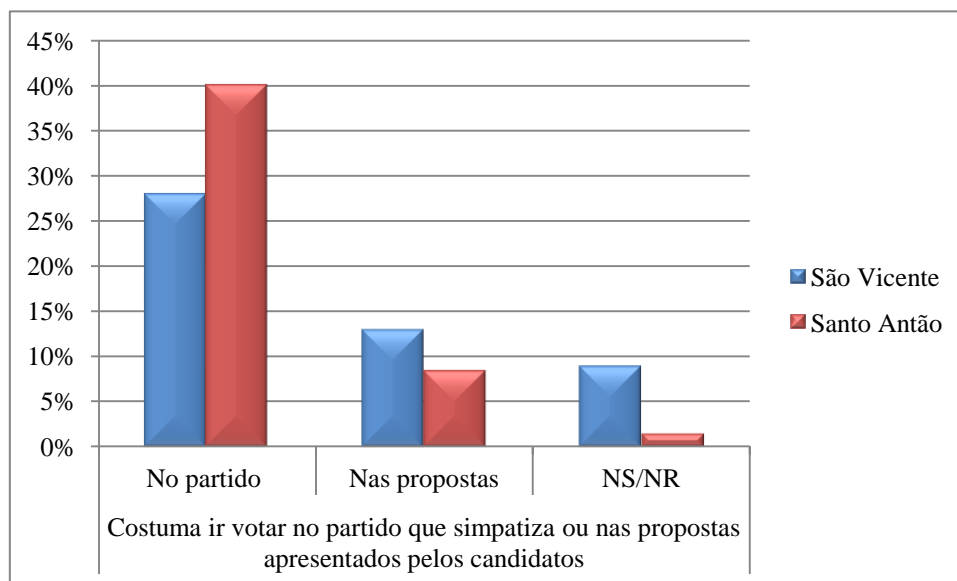
Gráfico 24-Ilha/ Considera que a distância entre a sua casa e o local do voto contribui para abstenção eleitoral



No universo de 100 indivíduos inquiridos, dos 30 com o peso de 15% que responderam que suas casas ficam longe do local de voto, 8 com o peso de 7,5% consideram que a distância entre a sua localidade e o local do voto contribui para a abstenção eleitoral, 21 com o peso de 19,8% consideram que a distância entre a sua localidade e o local do voto não contribui para a abstenção eleitoral.

Do total de 100 inquiridos na ilha de Santo Antão 76 com o peso de 38% que responderam que suas casas ficam longe do local do voto, 55 com o peso de 51% consideram que a distância entre a sua localidade e o local do voto contribui para a abstenção eleitoral, 17 com o peso de 16% considera que a distância entre a sua localidade e o local do voto não contribui para a abstenção eleitoral.

Gráfico 25-Ilha / Costuma ir votar no partido que simpatiza ou nas propostas apresentadas pelos candidatos



No universo de 200 indivíduos inquiridos 136 com o peso de 68% costumam votar no partido, 43 com o peso de 21,5% costumam votar nas propostas, 21 com o peso de 10,5% não souberam responder a questão.

CONCLUSÃO

A abstenção eleitoral é um tema que se tem muito debatido actualmente, pois, representa uma ameaça ao sistema político. Nos regimes democráticos, quanto maior for a taxa de abstenção eleitoral, mais a legitimidade democrática é colocada em causa. As altas taxas de abstenção eleitoral demonstram uma crescente desconfiança dos cidadãos em relação as instituições políticas. Cada vez mais as pessoas rejeitam disponibilizar tempo para assuntos dedicados a política e verifica-se uma atitude de desconfiança muito grande em relação a classe política.

A abstenção expressa o descontentamento dos cidadãos em relação ao sistema político e aparece como um sinal de descrença no processo democrático na razão proporcional da sua importância.

A partir dos resultados de pesquisa, à luz do referencial, baseamo-nos em questionários, apresentado que nos permitiu chegar as seguintes conclusões:

Em relação a hipótese 1: *“A ilha com menor nível de instrução dos indivíduos, tem uma menor taxa de abstenção eleitoral”* de acordo com os dados levantados concluímos que, embora Santo Antão seja a ilha com menor taxa de alfabetização, é a ilha que também possui a menor taxa de abstenção. Embora nos parece contraditório o nível de instrução não pode ser visto como um factor que influencia directamente a abstenção eleitoral. Os cidadãos recusam-se cada vez mais a exercer a sua cidadania, na maioria das vezes, não por falta de esclarecimento político, mas sim por um sentimento de descrença e descontentamento em relação as instituições e a classe política.

Quanto a segundo hipótese: *“os fatores sócio- demográficos faz com que muitos eleitores abstém-se”*, se tivermos em consideração os dados obtidos através da amostra feita, e de acordo com o gráfico 22 quando se fala se a distância entre a localidade e o local de voto pode contribuir para a abstenção eleitoral, a maioria dos inquiridos consideram que sim, principalmente na ilha de Santo Antão por ser uma ilha mais dispersa. A ilha de Santo Antão por ser uma ilha montanhosa, as localidades encontram-se por vezes muito afastadas umas das outras, em relação ao transporte, não são todas as

localidades que tem acesso ao transporte, o que faz com que as pessoas tem que deslocar uma certa distancia a pé ate as mesas do voto.

No que concerne a terceira hipótese: “*A falta de interesse pelos assuntos políticos não influencia directamente a abstenção*”, segundo os dados levantados, o facto dos indivíduos não se interessarem muitos pelos assuntos ligados a politica, não os impede de exercer o seu direito do voto. Neste caso a hipótese se confirma, de acordo com o gráfico 11.

A elaboração do presente trabalho teve como objetivo geral compreender os motivos da abstenção eleitoral nas eleições legislativas nas ilhas de Santo Antão e São Vicente.

No círculo eleitoral de São Vicente em que a taxa de abstenção é mais elevada, foi possível observar que a falta de confiança é maior motivo que leva os eleitores a absterem-se. Já no círculo eleitoral de Santo Antão o motivo está relacionado com o descontentamento e a indiferença em relação ao exercício da cidadania.

A abstenção é um processo que pode fragilizar a democracia, uma vez que tende a aumentar, assumindo uma forma de ameaça ao sistema político. Os níveis altos de abstenção eleitoral refletem um sentimento de descredito em relação as instituições políticas, sendo que uma grande parte dos cidadãos não se sentem representados pela classe política, colocando em causa a legitimidade dos governantes na tomada de decisões.

A presente tese de iniciação à investigação científica procurou, dentro de seus limites, contribuir para a compreensão dos motivos da abstenção nos círculos eleitorais das ilhas de Santo Antão e São Vicente, particularmente nas eleições legislativas.

RECOMENDAÇÕES

- Tentar fazer com que cada localidade tenha uma mesa de voto, uma vez que o voto é obrigatório as entidades políticas devem fazer com que as pessoas exerçam o seu direito de voto.
- Apostar na educação política desde o ensino básico, fazendo com que as pessoas tenham uma maior cultura política.
- As entidades políticas devem dar mais atenção ao eleitorado, apostando mais no marketing de presença.

BIBLIOGRAFIA

- BRACCONNIER C. J.Y. (2007). *La démocratie de l'abstention*. Paris: Gallimard.
- BRAUDEL, P. (2000). *Sociologie Politique*. Paris. 5e édition.
- CASTRO, M. (1994), *Determinantes do Comportamento Eleitoral: A centralidade da Sofisticação Política*. RJ: Tese de Doutorado.
- Código Eleitoral Cabo-verdiano, Lei nº 56/VII/2010, in Boletim Oficial da Republica de Cabo verde, Suplemento, I Série, Nº 9, 09 de Março de 2010.
- DAHL, R. (1966). *Political Oppositions in Western Democracies*, New Haven, Yale University Press.
- DOWNS, A. (1999). *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP.
- ÉVORA, R. (2004). *Cabo Verde: A abertura política e a transição para a democracia*. Spleen Edições, Praia.
- FERNANDES, A. (2008), *Introdução à Ciência Política: teorias, métodos e temáticas*. Portugal, Porto Editora.
- FIGUEIREDO, M. (2008) *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. 2ª Ed. Belo Horizonte: UFMG.
- FRANCISCO, A. (2008), Sem Surpresas: Abstenção Continua Maior Força Política na Reserva em Moçambique... Até Quando? *Ideias*, Maputo: IESE, Boletim Nº 6.
- FREIRE, A. Et MAGALHÃES, P.(2002), *A abstenção eleitoral em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- FURTADO, A. C. (1997). *Génese e (Re) Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde*. Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, Praia
- L.VIEGAS et S. FARIA, *A Abstenção nas Eleições Legislativas de 2002*, in conferência Internacional Portugal à Votos I, *Eleições Legislativas de 2002*, 2003: p. 1-22, [www.ics. ul. pt/ ceapp/.../ abstencoeleitoralde2002](http://www.ics.ul.pt/ceapp/.../abstencoeleitoralde2002)consultado a 15 Junho de 2015).
- LAGUNA, Juan Hernandez Bravo. Abstención activa. Disponível em: www.ucm.es/eurotheo/diccionario/A/abstencionactiva.html. Acesso em: 29/07/2004.

- BRITO, Luis (1995), *Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique*: p. 473-496, In B. MAZULA (dir.), *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, Maputo, 1ª edição, Brazão Mazula.
- NOGUEIRA, Marco (2005). *Um Estado para a Sociedade Civil: Temas Éticos e Políticos da Gestão Democrática*, 2ª edição, Cortez.
- MARCONI, M. et LAKATOS, E. (1992), *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Editorial Atlas, 4ª ed. p. 43-44.
- SEMEDO et. al (2007). *Estudo Sociológico sobre as Eleições Legislativas e Presidenciais de 2001 e 2006*. DGAE, Praia.
- PASQUINO, G. (1998), *Abstencionismo* in Bobbio, N. et al. *Dicionário de Política*. 11. ed. São Paulo: UnB, pp. 7-9.
- PASQUINO, G. (2010), *Curso de Ciência Política*, 2ª edição, Revista e Atualizada.
- PEREIRA, A. (2003), *Guiné-Bissau e Cabo Verde: Uma Luta, Um Partido, dois Países*, Lisboa, Editorial Notícias.
- POPPER, K. (1972), *A lógica da pesquisa científica*. 2. ed. São Paulo: Cultrix.
- QUERIDO, J. (2011). *Um demorado olhar sobre Cabo Verde*. 1ª edição: Setembro.
- RADMANN, E. (2001) *O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral*. Dissertação (mestrado em Ciência Política) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- RAMOS, A. (2012). *Partidos Políticos na Democracia Cabo-Verdiana: Um estudo de Caso (1991-2011)*. Praia. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. [Em linha]. Disponível em < <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/2545> > [consultado em 04/02/2016]
- VIEGAS, J. M., e FARIA, S. (2004). *A abstenção nas eleições legislativas de 2002*, in A. Freire, M. C. Lobo e P. Magalhães (eds.), *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- VITULO, G. (2001). *Reflexiones sobre la calidad de la democracia brasileña. Nuestro Mundo*, Buenos Aires, n.1.

Dados da Comissão Nacional das Eleições:

Resultados das Eleições Legislativas de 13 de Janeiro de 1991, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Suplemento, N.º 3, 25 de Janeiro de 1991.

Resultados das Eleições Legislativas de 17 de Dezembro de 1995, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 52, 27 de Dezembro de 1995.

Resultados das Eleições Legislativas de 14 de Janeiro de 2001, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 2, 22 de Janeiro de 2001.

Resultados das Eleições Legislativas de 22 de Janeiro de 2006, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 11, 14 de Março de 2006.

Resultados das Eleições Legislativas de 6 de Fevereiro de 2011, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 7, 19 de Fevereiro de 2011.

ANEXOS

Tabela 1-- Abstenção nas eleições legislativas em Cabo Verde, 1991 – 2001

	1991	1995	2001	2006	2011
Nº de inscritos	166.818 100%	207.648 100%	260.126 100%	322.126 100%	298.567 100%
Nº de Votantes	122.564 72.27%	158.901 76.5%	141.836 54.5%	174.830 54.17%	226.942 76.07%
Abstenção	41.254 24.73%	48.747 23.48%	118.290 45.5%	147.937 45.83%	71.625 23.98%

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, baseado nos dados das eleições legislativas da CNE (1991-2011).

Tabela 2-- Resultados das eleições legislativas na ilha de Santo Antão de 1991 – 2011

	1991	1996	2001	2006	2011
Nº de Inscritos	21 627 100%	23 381 100%	26 892 100%	29 397 100%	26559 100%
Nº de Votantes	17 792 82,27%	19 697 84,24%	18 191 67,64%	19991 68,00%	21 852 82,28
Nº de Abstenção	3835 17,73%	3684 15,76%	8701 32,36%	9406 32,00%	4707 17,72%

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, baseado nos dados das eleições legislativas em Santo Antão da CNE (1991-2011).

Tabela 3-Resultado das eleições legislativas na ilha de São Vicente de 1991 – 2011

	1991	1996	2001	2006	2011
Nº de Inscritos	27408 100%	32 693 100%	40 243 100%	46 945 100%	45 802 100%
Nº de Votantes	21380 78,01%	25 582 78,25%	23 241 57,75%	27 459 58,49%	33 728 73,64%
Nº de Abstenção	6028 21,99%	7111 21,75%	40243 42,25%	19486 41,51%	12074 26,36%

Tabela 4-Ilha/ sexo

		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Ilha	São Vicente	64	36	100
	Santo Antão	49	51	100
Total		113	87	200

Tabela 5- Idade

	Frequência	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
18-25	41	20,5	20,5	20,5
26-35	61	30,5	30,5	51,0
36-45	45	22,5	22,5	73,5
46-55	27	13,5	13,5	87,0
56-65	14	7,0	7,0	94,0
66 e mais	12	6,0	6,0	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Tabela 6-Estado civil

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Solteiro	151	75,5	75,5	75,5
União de facto	26	13,0	13,0	88,5
Casado	19	9,5	9,5	98,0
Divorciado	1	,5	,5	98,5
Viúvo	3	1,5	1,5	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Tabela 7- Ocupação profissional

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Desempregado	78	39,0	39,0	39,0
Funcionário publico	10	5,0	5,0	44,0
Trabalhador por conta própria	37	18,5	18,5	62,5
Trabalhador por conta de outrem	58	29,0	29,0	91,5
Estudante	10	5,0	5,0	96,5
Reformado (a)	7	3,5	3,5	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Tabela 8-Naturalidade

Ilha	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Santo Antão	126	63,0	63,0	63,0
São Vicente	69	34,5	34,5	97,5
São Nicolau	2	1,0	1,0	98,5
Sal	2	1,0	1,0	99,5
Maio	1	,5	,5	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Tabela 9-Ilha / Habilitações literárias

		Habilitações literárias				Total
		Sem habitações	Ensino básico	Ensino secundario	Ensino superior	
Ilha	São Vicente	2	45	39	14	100
	Santo Antão	17	41	34	8	100
Total		19	86	73	22	200

Tabela 10-Posição religiosa

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Cristã	144	72,0	72,0	72,0
Adventista	3	1,5	1,5	73,5
Testemunha de Jeová	1	,5	,5	74,0
Racionalismo	9	4,5	4,5	78,5
Igreja de Jesus dos Santos dos Ultimos dias	4	2,0	2,0	80,5
Nenhum	39	19,5	19,5	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Tabela 11- Ilha / Tem simpatia por algum partido

		Tem simpatia por algum partido			Total
		Sim	Não	NS/NR	
Ilha	São Vicente	56	42	2	100
	Santo Antão	52	47	1	100
Total		108	89	3	200

Tabela 12- Tem simpatia por qual partido

	Frequência	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
MPD	51	25,5	25,5	25,5
PAICV	51	25,5	25,5	51,0
UCID	7	3,5	3,5	54,5
Nenhum	91	45,5	45,5	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Tabela 13- Ilha/ Interesse em assuntos dedicados a política

		Interesse em assuntos dedicados a política				Total
		Nenhum	Pouco	Bastante	Muito	
Ilha	São Vicente	46	29	20	5	100
	Santo Antão	32	52	16	0	100
Total		78	81	36	5	200

Tabela 14- Interesse pelos assuntos ligados a política/ costuma ir votar

		Costuma votar nas eleições			Total
		Costuma	Não costuma	NS/NR	
Interesse em assuntos dedicados a política	Nenhum	65	14	0	79
	Pouco	74	6	1	81
	Bastante	32	3	1	36
	Muito	4	0	0	4
Total		175	23	2	200

Tabela 15- Confiança nas instituições políticas

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Não confia	79	39,5	39,5	39,5
Confia pouco	95	47,5	47,5	87,0
Confia	23	11,5	11,5	98,5
Confia Muito	1	,5	,5	99,0
NS/NR	2	1,0	1,0	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Tabela 16-Ilha/ Instituição que mais confia

	Instituição que mais confia						Total
	Governo	Assembleia Nacional	Presidente da Republica	Partido no Governo	Partido da oposição	Nenhum	
São Vicente	16	10	22	5	9	38	100
Ilha Santo Antão	10	19	26	5	4	36	100
Total	26	29	48	10	13	74	200

Tabela 17-Ilha / Instituição que menos confia

	Instituição que menos confia						Total
	Governo	Assembleia Nacional	Presidente da Republica	Partido no poder	Partido da oposição	Nenhum	
São Vicente	23	8	8	11	8	42	100
Ilha Santo Antão	26	6	2	5	25	36	100
Total	49	14	10	16	33	78	200

Tabela 18- Ilha/ Costuma ir votar nas eleições

		Costuma votar nas eleições			Total
		Costuma	Não costuma	NS/NR	
Ilha	São Vicente	80	18	2	100
	Santo Antão	95	5	0	100
Total		175	23	2	200

Tabela 19-Ilha/ Se não costuma ir votar, qual é o motivo

	Se não costuma, qual é o motivo							Total
	Falta de interesse	Descontentamento	Falta de confiança	Só aparecem em tempo de campanha	Não faz nenhuma diferença	Só agora atingiu a idade de voto	Motivos religiosos	
São Vicente	5	2	6	0	2	2	1	18
Ilha Santo Antão	0	2	0	1	2	0	0	6
Total	6	4	6	1	4	2	1	24

Tabela 20- Ilha/ alguma vez deixou de votar nas eleições legislativas

		Alguma Vez deixou de votar nas eleições legislativas		Total
		Sim	Não	
Ilha	São Vicente	34	66	100
	Santo Antão	26	74	100
Total		60	140	200

Tabela 21- Ilha / porque não costuma ir votar

		Porque não costuma ir votar								Total
		nenhum das opções políticas me satisfazia	Estou farto(a) de políticas e eleições	não ganho nada em ir votar	Não sabia em que partido ir votar	Quis mostrar o meu descontentamento com o sistema	Tive preguiça	Tive problemas de saúde, profissionais ou familiares	Motivos religiosos	
Ilha	São Vicente	6	6	4	2	10	1	2	1	32
	Santo Antão	3	6	7	1	3	1	6	0	27
Total		9	12	11	3	13	2	8	1	59

Tabela 22- Ilha/ porque é que acha que os outros não votem

		Porque é que acha que os outros não votem					Total
		Falta de confiança nos políticos	Descontentamento com o sistema	falta de interesse pela política	Só aparecem em tempo de campanha/ promessas não cumpridas	Não faz nenhuma diferença por os políticos são todos iguais	
Ilha	São Vicente	19	21	14	5	10	69
	Santo Antão	23	15	1	23	12	74
Total		42	36	15	28	22	143

Tabela 23-Ilha/ sua casa fica longe de onde costuma ir votar

		Sua casa fica longe de onde costuma ir votar			Total
		Sim	Não	NS/NR	
Ilha	São Vicente	30	67	3	100
	Santo Antão	76	24	0	100
Total		106	91	3	200

Tabela 24- Ilha/ considere que a distância entre a sua localidade e o local do voto contribui para a abstenção eleitoral

		Considere que a distancia entre a sua localidade e o local de voto contribui para a abstenção eleitoral			Total
		Sim	Não	NS/NR	
Ilha	São Vicente	8	30	3	41
	Santo Antônio	55	42	2	99
Total		63	72	5	140

Tabela 25- Costuma votar no partido que simpatiza ou nas propostas apresentados pelos candidatos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
No partido	136	68,0	68,0	68,0
Nas propostas	43	21,5	21,5	89,5
NR/NS	21	10,5	10,5	100,0
Total	200	100,0	100,0	

Questionário

Bom dia. Sou aluna do curso de Ciência Política e Relações Internacionais, ministrada pela Uni-Mindelo, estou a realizar um trabalho sobre Abstenção eleitoral. Agradecia a sua participação no estudo respondendo a algumas questões que tenho para lhe apresentar. Prometo ser breve e garanto-lhe que as suas respostas são confidenciais e utilizadas apenas para este estudo.

Diga-me por favor, está recenseado?

1- -- Sim

2- -- Não → *terminar entrevista*

P1- Sexo:

1- -- Masculino

2- -- Feminino

P2 – Qual é a sua faixa etária?

1- -- 18-25

2- -- 26-35

3- -- 36-45

4- -- 46-55

5- -- 56-65

6- -- 66 e mais anos

P3- Estado civil

- 1- Solteiro
- 2- União de facto
- 3- Casado
- 4- Divorciado
- 5- Viúvo

P4 – Neste momento qual é a sua principal ocupação profissional?

P5 – Podia-me dizer por favor a sua naturalidade?

- 1- -- Santo Antão
- 2- -- São Vicente
- 3- -- São Nicolau
- 4- -- Sal
- 5- -- Boa Vista
- 6- -- Santiago
- 7- -- Maio
- 8- -- Fogo
- 9- -- Brava
- 10- -- Estrangeiro

P6 - Quais são as suas habilitações literárias?

- 1- -- Sem habilitações
- 2- -- Ensino básico
- 3- -- Ensino secundário
- 4- -- Ensino superior

99. NS/NR

P7 - Zona de residência?

ANÁLISE COMPARATIVA DA ABSTENÇÃO ELEITORAL: " O CASO DE SANTO ANTÃO E SÃO VICENTE "

P8 – Qual é a sua posição religiosa?

- 1----- Cristã
- 2----- Protestante
- 3----- Adventista
- 4----- Testemunha de Jeová
- 5----- Universal do Reino de Deus
- 6----- Nazareno
- 7----- Racionalismo
- 8----- Igreja de Jesus Cristos dos Santos dos Últimos Dias

99- -- NS/NR

P9- Em relação aos partidos políticos cabo-verdianos, diga-nos se tem simpatia por algum?

- 1. Sim
- 2. Não
- 99. NS/NR

P10- Poderia nos dizer qual dos seguintes partidos simpatiza?

- 1- MPD
- 2- PAICV
- 3- UCID
- 99. NS/NR

P11- Qual o seu interesse em assuntos dedicados à política?

- 1- Nenhum
- 2- Pouco
- 3- Bastante
- 4- Muito

P12- Gostaria agora que me dissesse se confia nas instituições públicas?

- 1- -- Não confia
- 2- -- Confia pouco
- 3- -- Confia
- 4- -- Confia Muito
- 99---- NS/NR

P13 – Das seguintes instituições, qual deles mais confias?

- 1- Governo.
- 2- Assembleia da República.
- 3- Presidente da República.
- 4- Partido no poder
- 5- Partido na oposição
- 6- Nenhum

P14- Das seguintes instituições, qual deles menos confias?

- 1- Governo.
- 2- Assembleia da República.
- 3- Presidente da República.
- 4- Partido no poder
- 5- Partido na oposição
- 6- Nenhum

P15– Costuma votar nas eleições?

- 1- Costuma
- 2- Não costuma
- 99.....NS/NR

P16 – Se não costuma ir votar, qual é o motivo?

ANÁLISE COMPARATIVA DA ABSTENÇÃO ELEITORAL: ” O CASO DE SANTO ANTÃO E SÃO VICENTE ”

Agora vamos falar um pouco sobre motivos da abstenção eleitoral.

P17 - Alguma vez deixou de votar nas eleições legislativas?

- 1- Sim
- 2- Não
- 99. NS/NR

18 – Porque não costuma ir votar?

-
- 1. Nenhum das opções políticas me satisfazia
 - 2. Estou farta de política e de eleições
 - 3. Não ganho nada em ir votar
 - 4. Não sabia em que partido ir votar
 - 5. Quis mostrar o meu descontentamento com o sistema

6. O resultado do meu partido já estava garantido

7. Tive preguiça

8. Tive problemas de saúde, profissionais ou familiares

9. Motivos religiosos

P19- Se costuma ir votar, porque é que acha que os outros não votam?

P20- Sua casa fica longe de onde costuma ir votar?

1. Sim

2. Não

99. NS/NR

P21- Se sim, considera que a distância entre a sua localidade e o local de voto pode contribuir para a abstenção eleitoral?

1. Sim

2. Não

99. NS/NR

P 22- Costuma votar no partido que simpatiza ou nas propostas apresentados pelos candidatos?

1. No partido

2. Nas propostas

99. NS/NR

Muito Obrigado Pela sua Participação!